



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**MIRIAN ALVES COSTA**

**DISCURSOS SOBRE IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL:  
UMA DECISÃO “CONSCIENTE” NO MOMENTO DE SE AUTODECLARAR**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**MIRIAN ALVES COSTA**

**DISCURSOS SOBRE IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL:  
UMA DECISÃO “CONSCIENTE” NO MOMENTO DE SE AUTODECLARAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Costa, Mirian Alves.

C874d

Discursos sobre identificação étnico-racial: uma decisão "consciente" no momento de se autodeclarar / Mirian Alves Costa. - São Francisco do Conde, 2023.

67f: il.

Monografia - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras/Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Política identitária. 2. Identidade racial. 3. Identidade linguística. 4. Racismo. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 306.2

---

**MIRIAN ALVES COSTA**

**DISCURSOS SOBRE IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL:  
UMA DECISÃO “CONSCIENTE” NO MOMENTO DE SE AUTODECLARAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 27 de junho de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lilian Paula Serra e Deus**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho de conclusão de curso a Deus, por iluminar aqueles me conduziram em todos os aspectos para chegar até aqui. Dedico também aos leitores, esperando que os discursos abordados ajudem na compreensão identitária, para juntos formarmos uma sociedade igualitária a partir do refreio do racismo.

## AGRADECIMENTOS

Primordialmente, quero agradecer ao meu Deus, criador dos céus e da terra, por ter me escolhido para a vida terrena e celestial, com um chamado lindo que é o de amar e cuidar. Continuo agradecendo a Ele pela sabedoria, parecida com a do Profeta Salomão, que impetrou a mim todas as vezes que eu pedi. Pela força, pela fé, pela graça imerecível e pelo seu amor incondicional, conquanto atravesssei o período pandêmico sendo acometida pela Covid 19 duas vezes, no qual provaram ser possível o ensino remoto quando houver interferências de mesma característica, saindo como sobrevivente e formada.

Gratidão à minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*) pelos seus ensinamentos perpassados e conduzidos para que eu fosse o que sou e chegasse onde eu cheguei. Ah! Se não fossem suas orações, mãezinha, a preocupação em levar o lanche, o chá, o mingau, o almoço, a sopa, o suco, o café quando passava muito tempo dentro de um quarto, sem final de semana ou feriado, compenetrada neste trabalho. Não esquecendo as palavras positivas, de força, coragem e fé, quando muitas vezes os pensamentos negativos me tomavam. Venci! Te amo!

Meus agradecimentos a todos da minha família que acreditaram em mim, com incentivos, palavras, ações, gestos e atitudes. Em destaque Marlene, irmã querida, por sempre chegar na hora certa com sua hombridade louvável; Maridalva, por ligar todos os dias, se fazendo presente, mesmo de longe, com os áudios, vídeos, fotos, orações e muitas palavras de força; Maridete, irmã e colega de curso. Mesmo com esse jeito subjetivo de ser, reconheço suas qualidades, obrigada por tudo! Muito feliz por ser formanda junto comigo! À minha irmã e colega de curso Marizete, gratidão! Porque mesmo eu estando recém operada, você me inscreveu no SISU para concorrer uma vaga na UNILAB, no curso de graduação em Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, desafiando minha saúde e meu humilde português. Grata também pelo companheirismo. Parabéns pela sua formatura!

Sou agradecida aos meus primos e primas, em especial à Creuza, de quem somos fã uma da outra; Olivia, sempre me incentivando e orgulhosa das primas; Vânia, exemplo de resiliência, encorajando, incentivando e mostrando a força que a mulher pode ter; Antônio, sempre presente na família e querido por todos e Isabel, quando demonstrou que tudo tem seu tempo embaixo do céu.

A vocês meus sobrinhos, por se espelharem em suas mães e tias, em especial Marilyn, orgulho da tia, Juliana, na hora certa sabe expressar seu carinho, Ingrid, adolescente empoderada, Ismael, meu especial mente brilhante. Junto contigo descobri que sou mais forte

e mais corajosa do que eu pensava ser. Isso ficou tão notório a ponto de me intitulem “Mulher Maravilha” Obrigada filho do coração!

Muito grata aos meus amigos: Pr. Jailson, pela cobertura espiritual e compreensão; Nô, meu motoqueiro e amigo de todas as horas, obrigada por ser tão presente na minha vida. Ao meu cunhado e colega Alexandre, muito tenho a agradecer por sempre estar presente, nas horas alegres e tristes. Me deleito na tua sombra, porque está sempre incentivando e me levantando.

Gratulações a todos os que ficaram na retaguarda, nos ajudando, nos servindo, fortalecendo, animando e cuidando. Particularmente às cuidadoras Terezinha, Néa, Raiane, Fátima, Fisioterapeuta José, Psicólogo Eduardo; Agente de Saúde Rita, seu Francisco, dona Edna. Não esquecendo minhas irmãs e filha do coração Telma, Miraci, Catia e Isaque pessoas essas que tem muito carinho conosco.

Gratidão aos meus filhos Caroline e Esliberg, Marcele, companheira da minha filha, que dizem que eu sou a melhor mãe do mundo, dizem ter orgulho da mãe que têm, dizem ter se espelhado em mim e que eu sou incrível! Muito feliz, por estarem na mesma classe cursando Medicina. Obrigada, filhos, por tudo e todos os incentivos que me levou ao reconhecimento de mulher negra. Creiam, que estão colhendo a obediência que plantaram. Amo vocês!

Aos meus netos Inã Oni e Lorena, resultados lindos da miscigenação. Vovó se sente mãe duas vezes. Muito orgulhosa de meu futuro cientista e programador de jogos, bem como, minha futura doutora. Beijos no coração!

Meus reconhecimentos ao corpo docente da Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira – UNILAB, Sra. Diretora. Dra. Mirian Sumica Carneiro Reis, por ser uma profissional comprometida com a comunidade acadêmica e amiga. Ao meu Orientador Dr. Professor Alexandre, por aceitar de pronto me conduzir na formação dessa monografia com muito afinco, paixão pelo tema, doçura, compreensão e sabedoria. Levarei essa experiência singular, onde quer que eu trilhe. Muita gratidão às minhas analisadoras de banca Professora Dra. e orientadora de estágio Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre que, com seu jeito doce, flexível e imponente, mediou o lado prático educativo, no qual, estou tendo o privilégio em aceitar prontamente examinar meu trabalho de conclusão de curso. Ah! Obrigada por me ensinar a costurar a colcha de retalhos. Muito grata também à professora Dra. Lilian Paula Serra e Deus, por aceitar nosso convite para ser examinadora de banca. Tive motivos para convidá-la. Posso declarar que é a melhor professora de literatura que tive em toda minha vida. Foi a senhora que me conduziu a ler, entender, analisar e gostar da literatura, a ponto de inserir minhas inquietações em forma de conto neste trabalho, quando antes declarava não ter afinidade alguma

pela literatura. Se aprovar meu conto, transformarei em uma pequena literatura que será dedicada também a você professora.

Sinceros agradecimentos a meus professores doutores e linguistas: Carlos Maroto Guerola por desenganchar meu “cabide” na formação do parágrafo, a partir do exemplo do verbo andarilho; Shirley Freitas Sousa, fonóloga maravilhosa! Marli Aparecida Rosa, desafiei o inglês! Manuelle Bandeira de Andrade Lima, morfologia e sintaxe em pessoa; Denilson Lima Santos, obrigada por mediar meu espanhol; Lavínia Rodrigues de Jesus, hoje, amo produzir textos; Alexandre Cohn da Silveira, meu doce professor querido; Alexandre Antônio Timbane, inteligência rara; Paulo Sergio Proença, você recheou minhas sextas feiras; Ricardo Matheus Benedicto, professor muito iluminado; Carlindo Fausto Antônio, obrigada por dizer que eu era negra, mesmo quando não aceitei; Giana Targnsi Steffen, foi virtual, mas valeu; Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre, um carisma e tanta; Magno Klein, obrigada pelos estudos epistêmicos; Wania Miranda Araujo Silva, obrigada pelos ensinamentos sobre a línguas do continente africano, Carlos Heric, me encontrar no seu primeiro contato com a Unilab, foi mais que ser professor orientador de estágio, mas gerou uma grande amizade.

Não poderia esquecer os professores Literários: Mírian Sumica Carneiro Reis, maravilhosa! Lembra de Romeu e Julieta? Igor Ximenes Graciano, prefiro me espelhar em você do que no eurocetrismo! Luciany aparecida Alves dos Santos, muito grata querida literária; Josyane Malta Nascimento, aprendi literatura viu? Obrigada! Vânia Maria Ferreira Vasconcelos, reconheço hoje qual a minha identidade nacional; Ludmylla Mendes Lima, colhendo os frutos que você plantou; Lilian Paula Serra e Deus, aprendi a amar a literatura contigo.

Aos funcionários, desde os profissionais da portaria até o RU. Muito grata pelo apoio, mesmo estando na retaguarda. Em especial a Reinaldo, lotado na secretaria do IHL, que mesmo antes do meu ingresso a essa tão conceituada universidade, perguntava quando eu iria entrar na UNILAB, com envios de links contendo propostas de graduação, pós-graduação e ou cursos de extensão. Quando soube do meu interesse em espanhol, me provocava para entrar como comunidade externa. Realizei não somente o básico, mas também; o médio, conversação e proficiência. Hoje estou formando também pelos seus incentivos. Obrigada amigo!

Para agradecer à minha classe, gostaria de colocar como representante, o colega e amigo José Raimundo Fonseca, por ter permanecido todo trajeto do curso rente comigo em classe, em dupla, trio e grupo. Adicionalmente, minha sincera gratidão a meus colegas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Foi muito



proveitoso vivenciar as diferenças juntos, para descobrir minha identidade agregando conhecimentos ao meu TCC. Desejo a todos vocês muito sucesso!

Gratulações ao Excelentíssimo Presidente do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que nos presenteou com a criação dessa tão conceituada universidade – UNILAB, a partir da Lei 12.289, em 20 de julho de 2010, com o Campus dos Malês, locando exatamente na minha cidade, São Francisco do Conde. Nesta academia, foi-me impetrada conhecimentos jamais experimentados em toda trajetória educacional.

Por final, não poderia esquecer de agradecer aqueles que me jogaram pedras, pensando que eu iria desistir. Doeu, depreciou, magoou, feriu, mas Deus falou ao meu coração: - Pega todas essas pedras e reforça seus alicerces. Comigo, você é mais que vencedora!

## RESUMO

Este trabalho foi estruturado para favorecer um melhor entendimento, acerca dos questionamentos que se referem às formas de identificação étnico-racial dos povos miscigenados no Brasil, não obstante discutir com maior atenção as categorias “pardo”, “preto” e “negro”, de acordo com o sistema de classificação por “cor ou raça”. O objetivo principal é contribuir para que as pessoas tomem uma decisão “consciente” no momento de se autodeclarar. Para melhor compreensão do assunto, foram impetrados discursos teóricos, a partir dos autores Osório (2003), Quijano (2005), Gomes (2017), Oraci Nogueira (1985), Nina Rodrigues (1988), Telles e Lim (1998), sobre conceitos de identificação étnico-racial, identidade e diferença, do que seja o preto, o pardo, o branco e o negro na sociedade brasileira. Também foram discutidas as contribuições do movimento negro educador e a legislação pertinente, a saber, as Leis 10.639/03 que garante a inclusão do ensino de história da África e cultura brasileira, 11.645/08 ampliando as questões raciais que inclui estudo da história, cultura indígena afro brasileira e alguns direitos e deveres individuais contidos no artigo V da Constituição (1988). Como metodologia de pesquisa foi escolhida a análise de uma narrativa em forma de conto, na qual buscou-se evidenciar as questões teóricas apresentadas. Em função de haver descumprimento das leis pelo Estado, em relação à equidade, e à não propagação necessária de saberes sobre identidade e racismo em nossa sociedade, esta continua hierarquizada a partir das questões étnico-raciais, em que os “não-brancos” são historicamente esmagados a partir da sua pertença identitária. Destarte, mudar o panorama racial vigente é uma questão fundamental para o exercício da democracia. Para tal, é preciso compreender que nossa sociedade tem que ser reconhecida pelas diferenças, bem como o tratamento igualitário precisa ser respeitado pelo Estado e pela própria sociedade, a fim de ser estabelecida, de fato, a cidadania e a dignidade do povo “não branco”, de forma ampla, e do povo negro, mais especificamente.

**Palavras-chave:** identidade linguística; identidade racial; política identitária; racismo.

## RESUMEN

Este trabajo fue estructurado para favorecer un mejor entendimiento, acerca de los cuestionamientos que se refieren a las formas de identificación étnico-racial de los pueblos de descendencia mixta en Brasil, no obstante discutir con mayor atención a las categorías “pardo”, “negro” y “preto”, de acuerdo con el sistema de clasificación por el “color o raza”. El principal objetivo es contribuir para que las personas puedan decidir “conscientemente” en el momento de auto declararse. Para mejor comprensión del tema, fueron implementados discursos teóricos a partir de dos autores: Osório (2003), Quijano (2005), Gomes (2017), Oraci Nogueira (1985), Nina Rodrigues (1988), Telles e Lim (1998), con conceptos acerca de identificación étnico-racial partiendo de la identidad y diferencia, de los que es el “preto”, el “pardo”, el “blanco” y el “negro” en la sociedad brasileña, contribuciones del movimiento negro educador y las leyes pertenecientes, siendo las Leyes: 10639/03 que garantiza la inclusión de la enseñanza de la historia de “África y Cultura Brasileña”, 11645/08 que amplía las cuestiones raciales que incluyen el estudio de la historia, de la cultura indígena afro-brasilera y algunos derechos y deberes individuales contenidos en el Artículo V de la Constitución Brasileña de 1988. Como metodología de estudio fue elegido el análisis de una narrativa en modo de cuento, en la cual se buscó poner en evidencia las cuestiones teóricas presentadas. En función de no cumplirse las leyes del Estado, en relación con la equidad y la no propagación necesaria de información sobre identidad y racismo en nuestra sociedad, esta, sigue jerarquizada a partir de su pertenencia a la identidad. Se concluye que, cambiar el panorama racial vigente es una cuestión fundamental para el ejercicio de la democracia. Para esto, es necesario comprender que nuestra sociedad tiene que ser reconocida por las diferencias, así como el trato igualitario necesita ser respetado por el Estado y por la propia sociedad, con el objetivo de establecer, de hecho, la ciudadanía y la dignidad del pueblo “no blanco”, de manera amplia, y del pueblo negro más específicamente.

**Palabras claves:** identidad lingüística; identidad racial; política de identidad; racismo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b>	Tabela ilustrativa alusiva “cor ou raça”.....	28
<b>Figura 1</b>	Qual o seu tipo de pele?.....	29
<b>Figura 2</b>	População residente, por cor ou raça (%)......	30

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I: DISCURSOS E CONCEITOS QUE CORROBORAM O ATO DA IDENTIFICAÇÃO RACIAL NO BRASIL.....</b>	<b>16</b>
2.1	FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE PERTENÇA RACIAL: CONVERGÊNCIA EM SEUS RESULTADOS.....	16
2.2	O PARALELO DA “IDENTIDADE E DIFERENÇA”.....	21
2.3	SOBRE O CONCEITO DE “COR/RAÇA”.....	22
2.4	E A “COR PARDA”?.....	24
2.5	COM BASE NO BRANCO, PRETO E PARDO, QUEM SÃO OS NEGROS?.....	26
2.6	O QUÊ, E QUEM NOS DEFINE COMO NEGROS NO BRASIL?.....	31
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR PARA UMA REEDUCAÇÃO DO PENSAMENTO ÉTNICO RACIAL.....</b>	<b>33</b>
3.1	O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR.....	33
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III: AUTOIDENTIFICAÇÃO DE FORMA CONSCIENTE: CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA.....</b>	<b>43</b>
4.1	NARRATIVA NUMA PERSPECTIVA DE ESCRIVIVÊNCIA (CONTO).....	43
4.2	O CONTO COMENTADO.....	49
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No panorama atual, em meio a tantas lutas raciais, muitos favorecimentos são percebidos em favor do que discrimina e hierarquiza o homem no que diz respeito à forma de representatividade de pertença de “cor ou raça”.

Diante dessa vertente, a sociedade brasileira tem vivenciado enfrentamentos e lutas incessantes e, como contribuição, apresenta-se este trabalho que tem como tema “Os discursos sobre identificação étnico-racial: uma decisão “consciente” no momento de se autodeclarar”, cujo objetivo principal é contribuir para que as pessoas tomem uma decisão “consciente” no momento de se autodefinir.

O tema surgiu a partir da visibilidade de dolorosas situações vivenciadas no cotidiano dos grupos étnicos raciais brasileiros, resultantes de preconceito, discriminação, racismo e intolerâncias, dentre outras disparidades e, inclusive, da desigualdade social que o preconceito de marca<sup>1</sup> deixou ao longo da história.

Foi pensando nesse contexto que os temas e subtemas foram embasados por discursos teóricos com abordagens sobre as “formas de identificação de pertença racial”, “conceitos de cor ou raça a partir do que seja o branco, o preto o pardo” e “quem são os negros” e “o que nos define como negros no Brasil”.

Para firmar veracidade do que é abordado no capítulo I, tivemos o privilégio de trabalhar referenciando Osório (2003), Nina Rodrigues (1988), Telles e Lim (1998) e Oraci Nogueira (1985). No capítulo II trazemos Gomes (2017), Quijano (2005) e Domingues (2007) com suas contribuições nos questionamentos sobre o “Movimento Negro Educador”.

Finalizando o trabalho, utilizando o gênero “conto” como metodologia, é apresentada uma narrativa com o título “Inquietações de um ser negro tendo dita “cor parda”, desenvolvido em uma perspectiva de escrivência sobre o qual foi feita uma análise comentada com base nos teóricos estudados anteriormente.

Esperamos que essas contribuições sejam aproveitadas no campo de pesquisa dos estudos da linguagem, em práticas de ensino em instituições educacionais e em outros espaços desconstrutores e reconstrutores dos saberes que se interessam em revelar e propagar a identidade racial brasileira.

---

<sup>1</sup> Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*. Cf. Nogueira (2007)

Certamente é de grande importância para fomentar mudanças nos comportamentos que reforçam o racismo, com vistas a possibilitar que haja, efetivamente, tratamento equânime entre os indivíduos, favorecendo o exercício pleno da cidadania e da democracia, tendo em vista que as pessoas só terão interesse nessa luta de libertação caso entendam, em primeiro lugar, sua identidade étnico-racial de forma consciente.

## **2 CAPÍTULO I: DISCURSOS E CONCEITOS QUE CORROBORAM O ATO DA IDENTIFICAÇÃO RACIAL NO BRASIL**

No panorama atual, em meio a tantas lutas raciais, muitos percalços são percebidos em favor do que discrimina e hierarquiza o homem no que diz respeito à sua forma de representatividade de pertença de “cor ou raça”. A sociedade tem vivenciado enfrentamentos incessantes com o objetivo de desconstruir e reconstruir discursos que sustentam o “pensamento abissal”, o qual, segundo Boaventura de Sousa Santos (2010), é uma forma de epistemologia do conhecimento e do saber produzidos em todos os países periféricos, embora, em geral, as produções do norte global dominem o que pertence ao sul global. Desse modo, Santos busca romper com o pensamento dominante para valorizar o conhecimento produzido em cada uma dessas localidades deixadas à margem, em busca de um conhecimento emergente que possibilite fugir dos efeitos do colonialismo que nos foi imposto.

Diante dessa perspectiva, neste capítulo são discutidas contextualizações quanto às formas de identificação racial, auto atribuída e heteroatribuída, que implicam em inquietações para uns (os miscigenados conscientes e inconscientes) e estabilidade para outros (os brancos e ambíguos inconscientes).

### **2.1 FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE PERTENÇA RACIAL: CONVERGÊNCIA EM SEUS RESULTADOS**

Como nada pode fugir às leis que regem e firmam quaisquer eventos, para que possamos compreender um pouco da história de como funcionam os métodos de identificação de pertença racial que identificam e definem os sujeitos em seus grupos raciais no censo brasileiro, é importante verificar o que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) diz a respeito do sistema classificatório de “cor ou raça”.

Segundo Osório (2003), existem críticas relativas aos sistemas de avaliação baseados em aspectos classificatórios de identificação dos grupos raciais conduzidos junto às pessoas em seus domicílios, tendo em vista que podem existir “erros” em o indivíduo se redefinir nos grupos propostos dos métodos aplicados de identificação de pertença racial e classificação alicerçados na identificação biológica e ancestralidade genética. Osório ressalta que, atualmente, existem cinco categorias atribuídas pelo IBGE para classificação racial definidas para fins de pesquisas censitárias: “branca”, “preta”, “parda”, “amarela” e “indígena”. O autor declara que, se há divergências e inconsistências nessas classificações, é preciso entendê-las



melhor, percebendo como se dá o processo de identificação das pessoas e relacionando esses fatores com as questões sociais existentes.

Para que possamos compreender os métodos existentes para identificação de pertença racial das pessoas e classificá-las em seu determinado grupo, Osório (2003, p.7-8) conceitua os métodos de identificação racial como “[...]um procedimento estabelecido para a decisão do enquadramento dos indivíduos em grupos definidos pelas categorias de uma classificação [...] Nada impede que mais de um método de identificação seja empregado para a atribuição de pertença”.

De acordo com o autor, os métodos de identificação podem ocorrer na forma de autoatribuição, heteroatribuição e na forma biológica. Entretanto, só os dois primeiros métodos citados são empregados no sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE em sua forma simultânea. Conforme explica Osório (2003), entende-se como autoclassificação, autoatribuição ou autoidentificação a maneira como o sujeito se autodefine em um grupo étnico no meio social cultural e político como forma de pertença racial, ou seja, como a pessoa se idealiza em suas subjetividades. Em “[...]cadastros nos quais o próprio interessado é o responsável pelo fornecimento da informação, a cor dos sujeitos classificados é normalmente definida por auto-atribuição” (OSÓRIO, 2003, p.12). Obviamente não podemos confundir esse tipo de identificação com o termo autodeclaração, que se refere a um documento que tem como finalidade o indivíduo afirmar sua identidade étnico-racial.

O segundo método apresentado por Osório é a heteroatribuição de pertença, na qual a definição do grupo do sujeito é definida por outra pessoa, a exemplo dos antigos registros de nascimento e óbito, assim como no caso de crianças, ou seja, situações que incapacitam as pessoas de responderem à pesquisa. Nesses casos, a opção de pertencimento é assinalada pelo recenseador/entrevistador, sem interferência do entrevistado. Segundo o autor:

Embora a instrução seja para colher a informação, sem intervir ou influenciar a escolha do entrevistado, nem sempre todas as pessoas do domicílio são entrevistadas – algumas por estarem ausentes no momento da visita, outras por incapacidade, como as crianças e pessoas em situações especiais. (OSÓRIO, 2003, p. 12).

Se assim ocorrer e outras pessoas responderem ao quesito da cor indicada, o que se infere, no que concerne ao resultado de pesquisa, é um conjunto de dados censitários inconsistentes no que diz respeito à cor ou raça se considerarmos que o enquadramento das pessoas, diante das recomendações internacionais sancionadas pelo IBGE, deve aplicar o método de auto declaração nas pesquisas domiciliares ou registros para captação identitária do

indivíduo. Como cita Osório: “existe uma extensa discussão se esse método de identificação seria adequado no Brasil” (OSÓRIO, 2003, p. 12). A partir da fala do autor infere-se que há grande dificuldade de os brasileiros, um povo culturalmente miscigenado, se definirem quanto à pertença racial, sem que haja dúvidas no momento da autodeclaração ou mesmo no que se relaciona à heteroatribuição de outras pessoas.

Tomando como exemplo a cor intermediária “parda” utilizada pelo IBGE, esta causa dicotomia devido ao fato de algumas pessoas não se identificarem nem como pretas, nem como brancas. Além disso, os “pardos” mais claros - também denominados de “morenos” - ou até mesmo os de cor de pele de nomenclatura “pardo”, caso possuam condições sociais mais privilegiadas, se identificam mais como “branco” por não perceberem em si muita diferença. Esse tipo de entendimento, diante do enquadramento racial nos grupos de pertença altera classes e raças pelo embranquecimento:

Sabendo-se que, à luz do ideal de brancura vigente, é de se esperar que as pessoas que carregam menos traços negros em sua aparência tendam a se considerar brancas, e que essa tendência varia de acordo com a situação socioeconômica, com as pessoas mais abastadas também tendendo à escolha do branco, o fato de a classificação de cor ser realizada por auto-atribuição pode se afigurar problemático. (OSÓRIO, 2003, p. 13).

Nesse sentido, assim como na metodologia de autoatribuição, a heteroatribuição pode apresentar resultados indefinidos e imprecisos, tendo em vista que um não é mais objetivo que o outro. No entanto, como afirma o autor, só “[...] um conjunto imaginário de observadores perfeitos poderia ser treinado para sempre classificar unanimemente todos os sujeitos que lhes cruzassem a vista, especialmente aqueles próximos à fugidia linha de cor” (OSÓRIO, 2003, p. 14). Por essa razão é que o IBGE permite a aplicação das duas formas de pertença racial: a partir da escolha subjetiva do sujeito da classificação ou do observador externo.

Outra forma discutida por Osório (2003) é a identificação biológica, atrelada à análise do DNA e à ancestralidade biológica que, a partir dos resultados, determina quais são os componentes étnico-biológicos do indivíduo. Segundo ele:

[...] ressalva-se de pronto que esses métodos devem ser rejeitados por razão muito simples: não existe correspondência direta e necessária entre os grupos “raciais” que podem ser definidas pelo emprego desses métodos e os grupos “raciais” que as sociedades reconhecem e usam para distinguir e hierarquizar seus membros. (OSÓRIO, 2003, p. 8).

Em função dos três métodos apresentados, podemos notar que haverá resultados distintos no enquadramento de cor ou raça. Isso ocorre porque a raça de uma pessoa no Brasil,

historicamente, é determinada por características como a aparência física, bem como os aspectos étnicos e linguísticos. Reitera Osório que: “[...] a sociedade não precisa saber quão negra é uma pessoa ou o são seus ancestrais, basta saber se, em seu contexto relacional, sua aparência a torna passível de ser enquadrada nessa categoria para considerá-la uma vítima potencial de discriminações, diretas ou estruturais”. (OSÓRIO, 2003, p. 8).

Decerto, isso acaba se tornando uma problemática, já que existem pessoas que sentem dúvidas, no âmbito de suas subjetividades, no momento de atribuir sua pertença racial. Alguns se enquadram no grupo no qual se sentem mais confortáveis, enquanto outros se firmam em documentos oficiais que lhes conferem autonomia a partir das leis, a exemplo do registro de nascimento abolido no ano de 1988 com a promulgação da Constituição no Brasil. Essa é a razão pela qual determinadas pessoas afirmam ser da “cor” documentada, ainda que não estejam completamente de acordo, ou seja, pela consistência documental acabam por não modificar seu pensamento ou decisão.

Em contrapartida, há inquietação por parte de outros que, ao sentirem controvérsias acerca da sua identidade, buscam entendimento nos meios midiáticos, nas escolas, nas universidades, em grupos sociais antirracistas, na literatura ou outros espaços que possibilitem que ele possa se autodeclarar-se de maneira “consciente”, resignificando não somente um novo conceito racial consistente, mas que venha a atenuar as diferenças que o preconceito de marca deixou no Brasil.

Por conseguinte, outra questão que favorece a não compreensão das pessoas no ato de decisão da pertença racial é a variação social da “cor”, que categoriza, ascende e hierarquiza as classes, contribuindo para as práticas de embranquecimento que tem se perpetuado por gerações. Ademais, no que concerne à questão fenotípica, costuma-se considerar as pessoas com poucos traços de ascendência africana - tais como cor da pele, tipo de cabelo, fisionomia, dentre outras - sob a perspectiva do embranquecimento, o que acaba por interferir na escolha do grupo do indivíduo no momento do enquadramento, quer seja autoatribuído ou heteroatribuído.

Como explica Osório (2003, p. 13), “[...] é de se esperar que as pessoas que carregam menos traços negros em sua aparência tendam a se considerar brancas, e que essa tendência varia de acordo com a situação socioeconômica”. Isso acontece, segundo as ideias de Osório, porque a ideologia racista brasileira permite a fugidia alteração da linha da cor para os que possuem poucos traços negroides e para os que pertencem às classes mais abastadas.

Além das questões levantadas pelo autor, também é importante levar em consideração as questões geográficas, tendo em vista o fato de muitos indivíduos só reconhecerem como

negros e negras as pessoas que fazem parte do continente africano, ou seja, africanos são pretos e quem não é africano é branco. Outro aspecto relevante a se refletir é a perspectiva de classe social, que favorece os brancos e desfavorece os negros, reforçando a base do racismo estrutural.

De acordo com o conceito da forma atribuída firmado pelo IBGE, teríamos por direito a não interferência de outras pessoas na tomada de decisão de pertença racial do indivíduo, considerando que a Constituição Federal, em seu artigo quinto, confere a todos os cidadãos direitos iguais. Nesse contexto, poderíamos pensar como exemplo de não obediência à lei de cotas a prática de critérios heteroatribuídos, em processos seletivos, para a escolha dos participantes autoatribuídos. No entanto, isso acontece no país em função do racismo estrutural<sup>2</sup>. As bancas de heteroidentificação existem e atuam para assegurar a manutenção das políticas públicas, uma vez que existem muitos casos de aproveitadores ou de pessoas desinformadas que, mesmo não se encaixando nos requisitos das cotas, concorrem a essas vagas, dando continuidade ao projeto colonial que busca sempre invalidar a população negra.

Essa crítica serve para chamar a atenção sobre a maneira como a questão de cor/raça se apresenta como um assunto sério e confuso no Brasil e diásporas, razão pela qual é fundamental levar ao conhecimento de todos o tema do racismo, a fim de contribuir para mitigar o processo de desigualdade racial. Contudo, para que cheguemos a esse patamar de direitos, é preciso estruturar a disparidade racial.

Seguindo a linha de pensamento tecida por Osório, nenhuma das duas formas de atribuir a identidade racial conseguem ser precisas no enquadramento de “cor e raça” do indivíduo, a não ser por aquelas pessoas que já desconstituíram o pensamento racista, pelo fato de ter entendido acerca da emergencial unicidade de raça no Brasil relacionada aos afro-descendentes. Osório (1998, p.13), chama a atenção para o fato de que: “[...] No fundo, a opção pela auto-atribuição ou pela heteroatribuição de pertença racial é uma escolha entre subjetividades [...]”. A partir desse panorama, para que a autoatribuição seja garantida, é preciso contar com diversos recursos, tendo em vista que a sociedade está permeada pelo racismo estrutural que busca constantemente um mecanismo para prejudicar os negros.

Uma pergunta importante a se fazer é: será que os que se autoatribuem ou heteroatribuem estão mesmo preparados para realizar esse ato, mesmo que o IBGE diga que os

---

<sup>2</sup> Racismo estrutural se refere a um conjunto de práticas sociais discriminatórias, institucionais, históricas, culturais dentro de uma sociedade que frequentemente privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar o fato de que há sociedades estruturadas com base no racismo, que favorecem pessoas brancas e desfavorecem negros e indígenas (ALMEIDA, 2018).

recenseadores são profissionais treinados para classificar através das duas formas e o cidadão entrevistado tem liberdade para se autodeclarar?

O perigo da heteroatribuição feita de forma subjetiva ocorre quando o entrevistador se depara com entrevistados que se autodeclararam de forma consciente, porque, com certeza, esses declarantes não vão permitir que os classifiquem como o que não são, o que acaba por causar dualidade patriota, tendo em vista, por um lado, saberem que são protagonistas de sua própria história e, ao mesmo tempo, vítimas do preconceito racial promovido pela assimilação colonizadora que foi imposta pela cor.

## 2.2 O PARALELO DA “IDENTIDADE E DIFERENÇA”

Não é possível pensar a construção da história do Brasil fora de uma perspectiva eurocêntrica, tanto no sentido histórico quanto geográfico. Foi pensando nesse paradigma que Tomaz Tadeu da Silva (2000) abordou as relações entre identidade, diferença e relação de poder, com o intuito de evidenciar elementos importantes sobre as discussões em torno da ideia de nação. Ele afirma que a identidade não deve ser vista individualmente, nem pode ser separada da sociedade, ou seja, ela só ganha sentido em interação com os outros e com as diferenças:

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2000, p. 76).

Para Silva (2000), o que define a identidade é a relação do indivíduo com a sociedade, pois a diferença só pode ser marcada quando existe relações de uns com os outros e, assim, só poderá ser analisada sob a perspectiva das relações sociais inscritas em uma determinada cultura, não apenas voltada à análise das características individuais.

Quando falamos em identidade estamos nos referindo à diferença em seus valores culturais, pelo fato de a identidade não ser algo do sujeito, mas sim um marcador de relações sociais que pode ser vista e performatizada. Portanto, Silva (2000, p. 91) afirma que: “(...)”a identidade é isso”. (...) É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder”. Desse modo, tanto a identidade quanto a diferença precisam ser ativamente produzidas por se constituírem na (e a partir da) linguagem. E é a partir da

linguagem, da mesma forma, que acontece a discriminação, porque existe a ação e a veiculação de poderes nela.

Como explica Gnerre (1994), “A linguagem pode ser usada para impedir a comunicação de informação para grandes setores da população (...) a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para o acesso ao poder” (GNERRE, 1994, p. 22). Com base nessa premissa, para a qual foi direcionada a atenção de Silva, a identidade é construída a partir do que pensamos dos outros e vice-versa e, assim sendo, vemos pessoas com características diferentes.

A linguagem tem poder mediante a leitura feita em suas representações a partir dos signos linguísticos, conforme explica “O Pai da Linguística”, Ferdinand de Saussure (1969, p. 80), já que “une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. Por meio dessa definição, o linguista mostra que o signo é uma entidade psíquica de duas faces: o conceito e a imagem acústica. Saussure foi o primeiro a mostrar que a língua, desde seus primórdios, está presente na cultura.

Um exemplo disso é a imagética do quadro “Primeira Missa no Brasil”, datada do século XIX, construção baseada nos mitos das Origens no qual a representação não retrata o mito de fundação que aconteceu muito antes (século XIV). A pintura representa uma identidade de pessoas brancas e poderosas, não contendo imagens dos povos indígenas como originários e tampouco dos povos de matriz africana como protagonistas na formação do Brasil. Pelo contrário, valoriza a ideia de um povo original puro, ou seja, mostra uma identidade única (branca) e não unificada, como deveria e deve ser a cultura nacional brasileira. Na verdade, o que foi representado se baseia na cultura nacional como sistema de representação de identidade nacional correspondente a uma estrutura de poder.

### 2.3 SOBRE O CONCEITO DE “COR/RAÇA”

O entendimento do conceito de cor/raça, no Brasil, ainda se apresenta bastante confuso. Com base nas ideias de Aníbal Quijano (2005, p. 117), “a raça é uma categoria mental da modernidade, tem-se que seu sentido moderno não tem história conhecida antes da América”. Sendo assim, o conceito de raça foi criado no momento em que os europeus dominaram os povos da América, no final do século XIX e início do século XXI.

Essa nomenclatura foi a forma que o colonizador utilizou para exercer uma relação de dominação voltada a subalternizar os colonizados, servindo como instrumento de classificação social para subjugar-los a partir de suas características físicas, ou seja, da “cor”. De acordo com a atribuição dada aos colonizados, podemos perceber que os europeus, quando definiam a

“raça”, se colocavam como “raça branca”, de forma superior, que dominavam outras raças, a exemplo de negros e indígenas, “não brancos”, atribuindo-os como seres inferiores.

Utilizar o termo “raça” implica que ainda estamos presos a um pensamento colonial, cujo intuito é inferiorizar outras pessoas, fazendo referência à cor da pele, ao tipo de cabelo, a traços da fisionomia, assim como a outras questões sociais decorrentes. Por esse motivo, as falas do peruano Aníbal Quijano são importantíssimas a fim de que possamos entender nosso lugar enquanto latino-americanos na estrutura de poder no mundo.

A colonialidade do poder, segundo Quijano (2005), é a constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado que se baseia na ideia de raça, biologicamente idealizado pelo colonizador para legitimar os colonizados como inferiores. Quijano (2005) explica que o padrão de poder mundial e a nova intersubjetividade do colonialismo sustentam a Europa como controladora do conhecimento cultural dos colonizados, supostamente trazendo benefícios do capital europeu. Também fez represália aos conhecimentos e expressões dos povos colonizados, forçando-os a aprenderem e exercitarem a cultura dos dominantes (aculturação) para reproduzir a dominação de atividade, material, tecnológica e religiosa. Sob o mesmo ponto de vista, capitalismo mundial, raça e divisão de trabalho foram estruturalmente associados para que houvesse divisão de classes, embora não sejam conceitos codependentes.

Segundo o autor, podemos perceber que “raça” foi um conceito criado para a dominação do trabalho, da cultura e da produção dos recursos alheios. Porém, antes, a categorização era denominada e reconhecida por atribuições geográficas, em semelhança ao que hoje tratamos como “nacionalismo”, a exemplo do que é ser português, espanhol, etc. Com a estrutura de poder pretendida, os europeus (brancos) se portam como indivíduos “possuidores da razão”, “civilizados”, “racionalis” e “dominadores da natureza”. Já indígenas e negros, com função específica na sociedade colonial, são considerados meros primitivos, ligados mais à natureza que às condições humanas racionais.

Por isso, desde que houve legitimação da dominação europeia, reconhecendo igualmente a divisão das raças, foram divididos os trabalhos, como explica Quijano (2005):

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle de trabalho (...) impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho (...) os nobres podiam ocupar os médios e altos postos da administração colonial, civil ou militar (...) Em alguns casos, a nobreza indígena, uma reduzida minoria, foi eximida da servidão e recebeu um tratamento especial, devido a seus papéis como intermediária com a raça dominante (...) por outro lado os negros foram reduzidos à escravidão (...) Uma nova tecnologia de dominação/exploração, nesse caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que

parecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (QUIJANO, 2005, p.118).

Como consequência, a pirâmide de hierarquização das raças foi distribuída da seguinte forma: o branco no topo, delimitando a categorização e, abaixo, mestiços, indígenas e negros. Isso se refletiu também na religião, na cultura, no conhecimento e no desenvolvimento. Ademais, o branco europeu era assalariado e o negro, com base na sua cor e fenótipo, barganhado e escravizado.

Acerca da questão da modernidade é interessante notar que o europeu, como único protagonista desse período, consegue propagar pelo mundo a perspectiva histórica como hegemônica, enquanto se desenvolve técnico-cientificamente. Quijano (2005, p.121) declara que “[...] a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento”.

Diante dessa perspectiva, o eurocentrismo, que “colocava” a Europa no centro do comando de tudo e de todos, por se julgar racional, moderna, desenvolvida e civilizada, mesmo na contemporaneidade se mantém. Por conta disso, Quijano nos alerta que “[...] é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente distorcida. É tempo, enfim de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2005, p. 138).

#### 2.4 E A “COR PARDA”?

Osório (2003) discorre sobre a polêmica criada pela categoria da cor “parda”, tida como uma cor “intermediária” entre o branco e o preto. Essa intermediação, na visão do autor, contribui para que as pessoas, que com ela se identificam em suas nuances, anterior a mais retinta, sintam-se diferenciados dos pertencentes de cor e características voltadas para os pretos. Por essa razão, os negros são desfavorecidos em todos os setores. Contudo, os conscientes não negociam sua identidade. O autor afirma que tal posição causa dicotomia racial. Osório (2003) cita Telles e Lim (1998) e afirma que:

[...] é de se esperar que as pessoas que carregam menos traços negros em sua aparência tendam a se considerar brancas, e que essa tendência varia de acordo com a situação socioeconômica [...] não há nenhuma garantia a priori de que os entrevistadores também não venham a branquear os entrevistados mais ricos e os tipos de aparência limítrofe. (OSÓRIO, 2003, p.13).



O que chamamos de aparência limítrofe são as características que intermediam o preto e o branco nos aspectos físicos, tais como a variação da cor da pele, dos cabelos (cor e tipo de fios), da feição e formato do rosto. Em função do aspecto social podemos descrever os brancos dominando as elites e os pretos sempre na subserviência, sendo subalternizados.

É interessante ressaltar que nem todas as categorias da classificação são ambíguas, porque não há problemas no momento da identificação do branco, preto, amarelo e indígena. Afirmo Osório (2003, p. 29) que “a fonte de toda ambiguidade está no pardo, e mais especificamente na fronteira entre o pardo e o branco”. Desse modo, notemos que o grupo dos pardos se torna uma problemática na classificação, em virtude da composição das características dos brasileiros.

Osório (2003, p. 30) explica o que é o pardo ao relatar que “(...) é a dos mestiços de qualquer tipo resultante da miscigenação das outras quatro categorias raciais puras da classificação”. Essas quatro categorias são exatamente a dos grupos dos brancos, dos pretos, dos amarelos e dos indígenas. No caso do Brasil, o mestiço, ao menos, tem o preto e o branco como ascendentes, o que não exclui a possibilidade de muitos “ditos pardos” terem sua cor resultante da mistura do jogo das cores com indígenas e amarelos.

A “Folha de São Paulo”, em matéria apresentada em 25 de junho de 1995, traz um levantamento em “defesa do mestiço” a partir da explicação dada pela coordenadora, demógrafa e estatística do Censo, Valeria Motta Leite. A demógrafa diz que: “O termo pardo é um verdadeiro saco de gatos. Tudo o que não se enquadra nas outras categorias é jogado dentro. É a lata de lixo do Censo”.

O significado pejorativo do termo pardo faz com que, mesmo na contemporaneidade, muitos usem outros termos para se atribuírem, como “branco encardido”, “amarelo empapuçado”, “cor de burro”, “desbotado”, entre outros. Essas expressões demonstram que muitas pessoas não se encaixam no enquadramento do grupo dos pardos.

Por via das dúvidas, os mais claros tendem a dizer que são brancos ou morenos e os de tez mais próxima ao retinto dizem serem pretos ou “pardos” porque, mesmo que visivelmente a cor seja clara, o indivíduo não está impedido de sofrer racismo ou *bullying*, que é o mesmo racismo em forma de “brincadeira”, por sinal de muito mal gosto. Essas e muitas outras questões acabam levando as pessoas pardas à recusa do termo negro e preto. Osório (2003) parafraseia Nina Rodrigues (1988), dizendo:

Mas, como dito, isso se devia ao fato de que o pardo, além de não ser branco, era a lembrança constante do “problema” de ter o Brasil recebido, parafraseando Nina Rodrigues, quantidades excessivas de sangue negro que se misturou ao branco, o que

lhe teria subtraído a “pureza” e trazido uma série extensa de conseqüências negativas. (OSÓRIO, 2003. p.31).

No Brasil algumas pessoas se sentem desconfortáveis em mencionar sua raça, por consequência das ideias racistas impetradas pela sociedade europeia. Entretanto, o julgamento dos que ainda não adquiriram consciência racial pós-colonial contribui para o embranquecimento, o que permite aos ditos morenos ou pardos se sentirem em posição intermediária, tornando-se reprodutores de discursos racistas. Como exemplo, temos as expressões populares costumeiras: “Quem são brancos ou pretos que se entendam!”, “sou morena, preferência nacional”, “estou com inveja branca”, ou ainda, “vocês querem denegrir minha imagem?”. Essas falas demonstram total desconhecimento do significado de raça, em especial da raça negra, o que leva os próprios negros a cometerem racismo uns com os outros devido à diferença fenotípica e em função da cor.

Nessa perspectiva, compreendemos que a falta de conhecimento identitário leva nossa sociedade a ter mais pessoas consideradas brancas e pardas e menos pessoas com indicador preto. Se houver conscientização por parte de uma grande porcentagem de miscigenados das mais diversas localidades que compõem as diásporas africanas, o indicador de pertença racial negro/preto, quer seja por autodeclaração ou por heteroatribuição aumentará nas estatísticas, tornando-os “maioria” em relação a outras raças. Como cita Osório, juntamente com Rodrigues, quando fala do receio que os brancos têm de os pardos se multiplicarem: “Eles é que constituíam a grande “ameaça” [...] e seu grande número poderia levá-los ao poder” (OSÓRIO, 2003, p. 22), confirmando que a tomada de decisão identitária consciente facilitará a retomada do lugar da população preta como protagonistas da história.

## 2.5 COM BASE NO BRANCO, PRETO E PARDO, QUEM SÃO OS NEGROS?

Pretendemos, nesta discussão, impetrar um pouco do conhecimento que ajude a compreender como se dá esse jogo de cores. Então, tomemos como base Osório (2003, p. 22), quando cita Nogueira (1985, p. 80), dizendo que “Assim, a concepção de branco e não-branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem<sup>3</sup>, de indivíduo para indivíduo, de classe para

---

<sup>3</sup> Segundo Foucault (1982), podemos dizer que a mestiçagem é um dispositivo que pode ser entendido como um conjunto de saberes e de estratégias de poder que atua sobre nossa identidade nacional. Importante destacar que a ideia de mestiçagem foi, e ainda é, usada para amenizar a violência racial praticada contra não brancos no Brasil.

classe, de região para região”. Desse modo, as pessoas podem ser vistas e se entenderem como “brancas”, “pardas” e pretas.

No Brasil, a maioria das pessoas se define pela cor e pelos traços fenotípicos a partir de suas subjetividades, isto é, como cada um se sente. Outros se entendem pela classe social e pela regionalidade. Por essas razões, em função dessas relações, criam-se dificuldades na identificação. Segundo Osório, a maioria dos miscigenados de pele clara se entendem como brancos, embora geograficamente os brancos são os europeus; já os pretos são os escravizados trazidos da África e os negros são os pretos mais os que nasceram de relações inter-raciais. Em função disso fica mais fácil distinguir quem são os negros em nosso país. Levando esses fatores em consideração, mais viável seria se existisse um grupo para comportar os negros na ficha de autodeclaração causador de dualidade ou tríade de pertença racial em função da cor.

Já foi evidenciado que o termo pardo se torna um entrave pelo fato de muitos não se sentirem nem claros e nem pretos, tampouco negros que é sinônimo de preto. Ainda por sua vez, se for tirado o termo “pardo” da classificação e os mesmos não tiverem consciência de que fazem parte da etnia negra, alguns permanecerão se declarando pardos, enquanto outros continuarão se sentido deslocados. Pior ainda é quando os declarantes se deparam com fichas contendo a opção negro/preto, o que denota pleonasma, ou seja, um preto bem escurecido. Se formos pesquisar no dicionário são palavras sinônimas tanto “negro” como “preto”. O termo “pardo” é sinônimo dos dois termos anteriores, entretanto, no resultado do sinônimo pardo não encontraremos o negro nem o preto como tendo o mesmo sentido. Contudo, Osório declara que o negro se trata de um conjunto ou grupo étnico e, desse modo, chegamos à conclusão de que o pardo pode ser reconhecido tanto como preto quanto como negro, em se tratando de um grupo étnico.

Continuaremos essa discussão fazendo uma análise a partir do quadro meramente ilustrativo contendo os mesmos grupos por “cor ou raça” atribuído pelo IBGE para verificar se as cinco categorias se encaixam por “cor raça”, para fazer alusão ao discurso com o subtema abordado, que é verificar se existe grupo para os pardos e para os que se entendem como negros (quadro 1).

**Quadro 1** – Tabela ilustrativa alusiva “cor ou raça”

<b>NOMENCLATURA</b>	<b>COR?</b>	<b>RAÇA?</b>
Branco	Sim	Sim
Pardo	Não	Não
Preto	Sim	Não
Amarelo	Sim	Não
Indígena	Não	Não

Fonte: Acervo pessoal.

Podemos então constatar que os brancos, que são todos os europeus, se encaixam na tabela por “cor” e por “raça”; os pretos e os amarelos só se encaixam por “cor”; os pardos e indígenas não contemplam nem por “cor” e nem por “raça”. Já em relação ao termo “negro”, que constitui um grupo que comporta todos os pretos e todos os miscigenados, desde o preto retinto até o preto mais claro, “não existe” uma categoria para esses indivíduos se inserirem, como, por exemplo os “pardos” que possuem consciência negra e que se engajam no movimento como militantes, ficam de fora dos grupos. Desse modo, pode-se afirmar que enquanto não houver políticas implementadas para promover mudanças, os negros “ditos pardos conscientes” exercem sua militância para abrandar o racismo. Eis um importante questionamento sobre a inadequação na ficha de autodeclaração por “cor/raça” e, por isso, é necessário que haja revisão no sistema de classificação vigente no Brasil.

Outra vertente que impossibilita a compreensão no momento do enquadramento racial está atrelada ao aspecto socioeconômico que pode empretecer ou embranquecer na mentalidade e ação das pessoas. Vejamos o que diz Osório (2003, p. 23) quando cita (Telles e Lim, 1998): “Pretos e pardos distinguem-se bastante dos brancos, mas virtualmente diferem pouco entre si em qualquer indicador de situação ou posição social que se possa imaginar”.

Entretanto, não é propósito da classificação racial comparar tipo biológico, mas caracterizar sob o critério sociocultural para que seja combatido o preconceito de marca, como cita Oracy Nogueira (1985) quando expressa em sua fala:

[...] a marca principal que permite a identificação das potenciais vítimas de preconceito é a cor, para a qual existe uma espécie de escala de gradação que vai do estritamente branco (o nível ideal) ao completamente preto. O preconceito se intensifica na razão direta dessa escala de cor e do porte de outras marcas: quanto mais negra é uma pessoa maior é a probabilidade de ser vítima do preconceito. Em essência, as categorias branca, parda e preta refletem essa escala: são os dois pontos extremos e as posições intermediárias sintetizadas em uma única categoria. (ORACY, 1985, p. 23)

Os traços negros que o indivíduo carrega, exatamente, são essas características que os levam a serem vítimas potenciais do racismo. Por essa razão é que o negro/preto sofre mais racismo, podendo também o negro menos retinto ascendido socialmente dizer que nunca foi vítima de racismo no Brasil em função da marca. Entretanto, se for pobre, qualquer que seja a cor, não escapa de ser alvo do racismo.

Diante desse panorama, podemos notar que existe mais de um motivo para que essa agregação de pretos e pardos sejam centralizados no mesmo grupo social, o dos negros, no que afirma coerentemente Osorio (2003, p. 24): “Estatisticamente, pela uniformidade de características sócio econômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza”. Essa justificativa teórica explica a origem das desigualdades dos pretos e dos pardos contraposta aos brancos.

Observe os fototipos da pele na imagem:

**Figura 1** – Qual o seu tipo de pele?



Fonte: sbrj.org.br

É notório observar que, diante da gradação da paleta de cores que permeia o branco e o preto, a cor branca se define por si como “a ausência de cor”, ao passo que a cor preta é compreendida como “a presença da cor” e os pardos são a mistura do branco, do preto e do indígena. Isso demonstra o “colorismo”<sup>4</sup> existente no Brasil, em que essas diferenças marcam nossa identidade.

Neste capítulo obtivemos uma prévia compreensão acerca das formas de identificação racial e do quanto isso implica na tomada de uma decisão "consciente" diante das concessões políticas do IBGE, sendo que todos têm a liberdade de se autodeclarar, com sobriedade, sem que haja intervenção de ninguém.

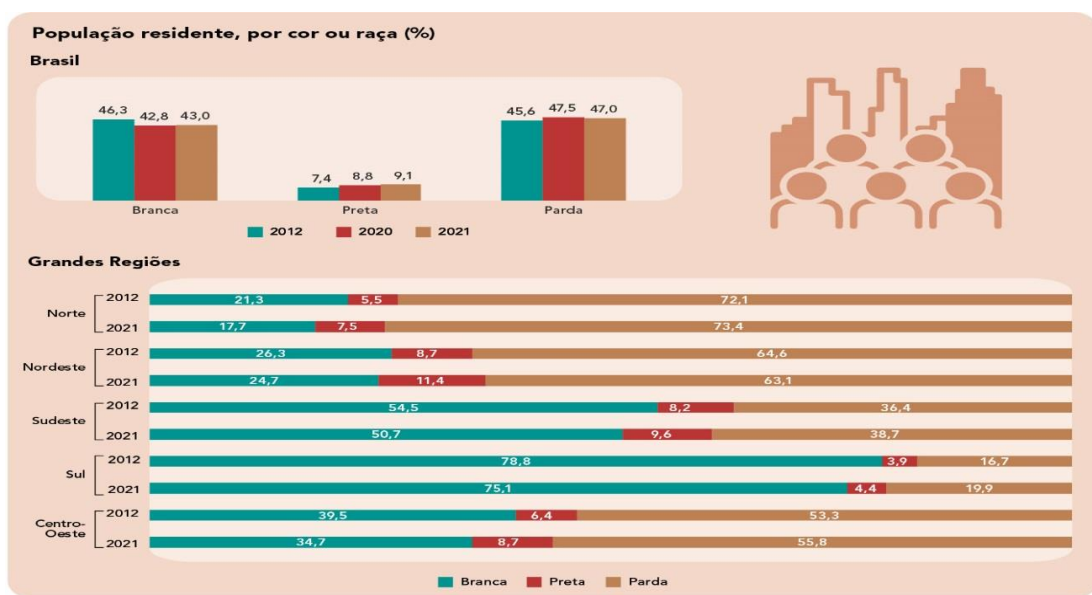
<sup>4</sup> Colorismo é um preconceito que pode acontecer entre pessoas de pele negras. Para a antropologia, o colorismo cria uma espécie de “pigmentocracia”, que vai definir os locais de acesso e quais acessos essas pessoas terão, de acordo com o tom de pele. Cf. Vicenzo, 2021.

Quando as pessoas não entendem o que significa se autodeclarar ou heteroatribuir, acabam colocando em risco sua decisão “consciente” por se encaixarem em qualquer grupo, “pelo achismo” ou outros motivos já citados, o que implica na continuidade do desconhecimento da própria identidade e da possibilidade de desconstruir e ressignificar os termos pejorativos que são impetrados por pessoas do mesmo grupo.

É importante destacar que essa coletividade lutou e ainda luta para a inclusão desses indivíduos (pretos e pardos) em um único grupo étnico, bem como para que os índices do aumento dos números estatísticos de cor ou raça no censo brasileiro não fiquem estagnados, o que levará essa parcela da população rumo às conquistas dos direitos tolhidos.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2021, 43,0% dos brasileiros se declaram como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos.

**Figura 2 – População residente, por cor ou raça (%)**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.  
 Nota: Para 2012, acumulado de primeiras visitas. Para 2021, acumulado de quintas visitas.

Fonte: Educa IBGE (2021).

Em conformidade com o que acabamos de ver, podemos constatar que os declarados “pardos” estão aumentando e esmagando o grupo dos pretos, intercalado aos declarados brancos. Por esse motivo é necessário que pretos e pardos se reconheçam como uma só raça, além do fato de que é fundamental a criação de novas políticas; não de reparação, porque nada repara os efeitos causados pelo racismo durante todos esses anos, mas sim propondo uma mudança para “políticas de direitos iguais”.

É preciso, ainda, que haja a justaposição na ficha de auto declaração de “cor ou raça” do IBGE do grupo de preto com o grupo dos étnicos, em unicidade, para que a recusa do termo pardo desapareça e galguemos à verdadeira libertação escravizada pela cor.

## 2.6 O QUÊ, E QUEM NOS DEFINE COMO NEGROS NO BRASIL?

Primeiramente, vamos colocar em comparação dois tipos de preconceito, os quais, segundo Oracy Nogueira (1985), são definidos como “preconceito racial de origem” existente nos Estados Unidos e “o preconceito racial de marca” presente no Brasil.

No “preconceito de origem”, de acordo com o autor, as pessoas não podem ter antepassados negros conhecidos ou localizáveis. Já no Brasil, na visão de Nogueira, vige “o preconceito racial de marca”, no qual as pessoas não se preocupam muito com a origem. Nele, os negros e negras são detectados pelos traços fenotípicos que são mobilizados como forma de inferioridade. Vale ressaltar que, mesmo aqueles que possuem pele alva e aparência de branco não escapam de serem vítimas potenciais do preconceito por razões sociais, políticas e/ou econômicas.

Considerando essas duas vertentes, Osório (2003) estabelece que: “[...] entre os 92 países com classificação étnico-raciais registradas no “Banco de Dados Internacionais sobre a População” apenas 20, incluindo o Brasil, têm uma categoria para mestiços” (OSÓRIO, 2003, p.20). A explicação do autor nos leva a perceber que as classificações dos grupos raciais se diferenciam a partir de como as categorias são entendidas em sua formação identitária. Por essa razão, é necessário que os brasileiros adquiram conhecimento da sua pertença racial.

Tomando como base os Estados Unidos, onde só existem duas raças - a branca e a negra - vimos que os brancos são os europeus e os negros aqueles que possuem antepassados negros e traços fenotípicos negros. Mas, como a população brasileira é miscigenada, possuindo várias nuances de cores que vão dos mais retintos aos menos retintos, intermediando o preto e o branco, essas categorias foram nomeadas de “pardos” e, mais tarde, “morenos”. Com outras palavras, foram determinados de pardos aqueles de cor mais apurada entre o preto e o branco e de morenos os de cor menos apurada entre o preto e o branco. Foi por essa razão que o IBGE incluiu a categoria parda, a fim de que os ambíguos se localizassem, tendo em vista que muitos não se consideram nem brancos e nem pretos. Isso acontece no Brasil pelo seu colorismo miscigenado, a partir do preto, dos indígenas e do branco.

Em conformidade com o exposto, definir quem é negro no Brasil não é uma tarefa fácil, nem para os próprios negros, tampouco para os não negros. Ao nascermos, muitos fomos

lançados em um grupo étnico-racial por heteroatribuição, a partir da cor e de características fenotípicas, as quais podem sofrer mudanças com o passar do tempo. Exemplos desse tipo de modificação são a cor da pele - que inicialmente pode ser mais clara, mas que com o passar dos anos pode sofrer alterações na melanina -, a cor dos olhos que podem ser mais claros quando a criança nasce e depois escurecer, ou ainda os cabelos que podem mudar a nuance, encaracolar e até encrespar.

Em fins do século XIX os termos negro e preto eram usados em contextos bastante diversos, como aponta Osório (2003, p. 30) “[...]negro era aplicado aos submissos, capoeiras e quilombos e àqueles que se recusavam à dominação branca e a adesão ao ideal de brancura imposta pela brasilidade; enquanto o preto era reservado aos escravos e alforriados submissos, que se contentavam com a condição subalterna e se esforçava para cruzar às portas do “mundo dos brancos”[...].

Essa era a definição heteroatribuída que perpassou todas as gerações em função do ser negro/preto, inibindo o favorecimento dos direitos aos negros em todas as instâncias - social, política e econômica -, propagando o racismo e a auto raiva, não somente entre brancos e pretos, mas também entre os ditos pardos e morenos com os pretos.

A verdadeira abolição tem que acontecer a partir da igualdade conscientizada pelas diferenças existentes em nossa nacionalidade. Por isso, é de suma importância remeter em nossa sociedade racista um olhar negro, não em virtude da cor, mas, sobretudo, a partir da conscientização, transformando seu sentido do conhecimento impetrado, concebido e propagado.



### **3 CAPÍTULO II: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR PARA UMA REEDUCAÇÃO DO PENSAMENTO ÉTNICO RACIAL**

Neste capítulo, trazemos os pensamentos da professora Nilma Lino Gomes (2017) a partir de sua obra *O Movimento Negro Educador – Saberes constituídos nas lutas por emancipação*. Abordamos seu papel educador como contribuinte, a partir da sua teoria, para ressignificar o conceito de raça nas lutas pelas questões políticas, analíticas e ideológicas, explicitando temáticas no que se refere ao racismo e como ele opera na estrutura do Estado e na vida dos povos afro-brasileiros.

Mostramos, ainda, que a partir da politização inferida por esse movimento, há uma tendência de deslocamento da população negra de uma história perversa de inferioridade racial, a partir da educação e reeducação, que os leve a reconhecer e combater o racismo em uma sociedade hierarquizada.

#### **3.1 O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR**

Nilma Lino Gomes, nascida em Belo Horizonte (1961), pedagoga e mestra pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi a primeira mulher negra a comandar uma Instituição de Ensino Superior, em 2013, como Reitora da Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB). Doutora em Antropologia pela Universidade de Coimbra e com vasta carreira como militante das questões étnico-raciais, possui extensa experiência como ativista intelectual e científica, relacionando tais questões com a educação. Nilma Gomes organizou a obra sobre o movimento negro educador com base em três questionamentos centrais: O que a sociedade aprende com o movimento negro? Como esse movimento social e específico reeduca o campo educacional? Quais são e como são difundidos esses movimentos sociais?

A autora explica que o movimento negro é entendido como: “[...]as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade [...]” (GOMES, 2017, p. 23). Seguindo essa linha de pensamento, podemos perceber que o movimento negro é, portanto, entendido como ator político que questiona e educa o Estado, buscando articular os saberes sobre as questões raciais e sobre questões relacionadas aos africanos e diásporas. Ele, procura também pressionar o Estado para que esses saberes sejam reconhecidos em políticas

públicas e, a partir do reconhecimento, auxiliar no combate às desigualdades praticadas pelo preconceito, discriminação e racismo.

Na perspectiva da Professora Nilma Gomes, uma série de competências emancipatórias foram divididas em três dimensões dos saberes de cunho político, identitário e estético. No campo político, os saberes evidenciam o racismo, contribuindo na luta por políticas públicas antirracistas. Do ponto de vista dos saberes identitários, coloca-se a raça e a negritude a partir de uma dimensão de ideia positiva que vai afirmar e sustentar a identidade negra. A terceira dimensão refere-se à estética corpórea, cuja finalidade consiste em reeducar o olhar sobre o negro, reconsiderando o fenótipo: feição, cor da pele e cabelo que, ao invés de promover o racismo, emancipa a partir da educação e reeducação da população negra.

Por sua vez, sem as reivindicações do movimento negro não existiriam ações afirmativas para serem transformadas em políticas públicas, bem como avanço das pesquisas e investigações científicas sobre o negro e a negritude. Para impetrar esses saberes, ressalta Nilma que as instituições educacionais são consideradas o espaço mais propício que o movimento pensou para que fossem inseridos esses conhecimentos. Nesse campo não são incluídos somente temas que levam as pessoas a pensar e estudar a questão do negro, do racismo e da negritude, mas também se colocam os corpos negros finalmente nas universidades, podendo estes promover investigações pela autonomia negra.

Desse modo, levar esses saberes construídos a partir das lutas pela emancipação para dentro do contexto das universidades, dos currículos e das escolas se deve à pedagogia da diversidade, que representa uma teoria educacional cuja proposta é desafiar, conhecer e destacar não só aquilo que nos une enquanto seres humanos, mas também aquilo que nos difere. E para que o movimento atue é preciso inserir conteúdos pedagógicos estratégicos no processo educativo, a fim de alcançar objetivos propostos acerca do reconhecimento da identidade dos povos étnicos, conforme afirma Gomes quando apresenta seu entendimento dizendo:

É também esse mesmo movimento social que fez e faz a tradução intercultural das teorias e interpretações críticas realizadas sobre a temática racial no campo acadêmico para a população negra e pobre fora da universidade, que articula, com intelectuais comprometidos com a superação do racismo, encontros, palestras, publicações, panfletos, *folders*, revistas, livros, sites, canais do YouTube, blogs, páginas do Facebook, álbuns, artes, literatura, poesia abordando a temática racial no Brasil em sintonia com a diáspora africana. (GOMES, 2017, p. 17).

Em suma, todas essas questões vão também nos possibilitar e oportunizar uma pedagogia da emancipação contra-hegemônica no campo educacional, constituindo saberes emancipatórios.

Nilma Lino Gomes (2017, p.12) afirma que o movimento negro é um educador e faz esse reconhecimento pautado em sua trajetória como professora negra a partir das pesquisas, produções teóricas e ações políticas que realizou. Considera-se o movimento como ator político educador pelo fato de contribuir com as práticas pedagógicas no campo das Humanidades e Ciências Sociais.

Esse ator político, na visão da autora, perpassa processos históricos, sociais e educacionais dos participantes, docentes e discentes, educando e reeducando. Para tanto, esse movimento traz ressignificação a partir das lutas militantes pela superação do racismo e pela emancipação social no Brasil e nas diásporas africanas. A tese principal da obra da autora é “(...) o papel do Movimento Negro Brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil” (GOMES, 2017, p. 14).

Diante dessa assertiva, é a partir desses saberes que ocorrem estímulos a novas pesquisas para serem utilizadas como retóricas em congressos, seminários nacionais e internacionais, conferências, minicursos, graduações, pós-graduação, dentre outros. A disseminação de conhecimentos é de suma importância nos espaços institucionais educativos, bem como nos meios midiáticos, uma vez que se trata de temas esmagadores da classe negra que precisam ser difundidos para que, assim, provoque nas pessoas uma postura de igualitarismo. Como trata da importância da intelectualidade negra, a autora reitera que:

Em especial, entendo ainda mais a trajetória de luta do Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra como integrante do pensamento que se coloca contra os processos de colonização incrustada na América Latina e no mundo; movimento e intelectualidade negra que indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico. (GOMES, 2017, p. 15).

Há de se considerar que é emergente a emancipação de conhecimentos, para que as mentes não fiquem estagnadas somente no passado, dando força aos setores conservadores capitalistas que se alinham às relações sociais, colonizando o poder, o ser e o saber (QUIJANO, 2005) em prol da desigualdade. Essa postura não faz jus aos objetivos do movimento social negro, que é reforçar as lutas, rumo à emancipação democrática, a partir do engajamento de novas pessoas na militância.

O movimento negro, portanto, opera como se fosse um pedagogo que atua nas relações sociais e políticas, organizando e sistematizando as ideias dos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos por questionar, indagar, fazer emergir conhecimentos científicos, novas

temáticas e conceitos que desvelam qual a identidade dos negros no Brasil. Essa dinâmica se revela no conhecimento das relações sociais, na luta contra a discriminação e a desigualdade, na organização de políticas para a igualdade racial, no fomento de discussões sobre racismo, discriminação, gênero, africanidade, afrobrasilidade, negritude e branquitude, na organização da juventude, na busca por saúde negra, no combate à intolerância religiosa, nas estratégias que organizam a educação, ou seja, tudo voltado à população não branca brasileira, historicamente deixada à margem.

É certo que esses discursos e debates também levam conhecimento para os reprodutores e disseminadores do preconceito, racismo e discriminação, bem como articula, produz e faz circular diversificados gêneros textuais que abordam a temática racial no Brasil, para que haja uma reeducação em relação ao europeísmo. Gomes (2017), faz uma declaração com firmeza:

[...] Esse movimento social trouxe as discussões sobre racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo para a cerne das discussões teóricas e epistemológicas das ciências Humanas, sociais, jurídicas e da saúde, indagando, inclusive, as produções das teorias raciais do século XIX disseminadas na teoria e no imaginário social e pedagógico (GOMES, 2017, p. 17).

Além disso, esse mesmo movimento foi protagonista para que ações afirmativas fossem transformadas em políticas de correção da desigualdade social, contribuindo, assim, para o reconhecimento e representatividade do negro na sociedade. Então, de quem são essas vozes e corpos anônimos que afirmam sua identidade e se movimentam como atuantes na superação do racismo? Nilma Gomes (2017) responde da seguinte forma:

São as negras e os negros em movimento: artistas, intelectuais, operários e operárias, educadoras e educadores, dentre outros, ou seja, cidadãs e cidadãos que possuem uma consciência racial afirmativa e lutam contra o racismo e pela democracia, mas não atuam necessariamente em uma entidade ou organização específica. Todos são de alguma forma, herdeiros dos ensinamentos do movimento negro, o qual, por conseguinte, é herdeiro de uma sabedoria ancestral. (GOMES, 2017, p. 18).

Indubitavelmente, a pedagoga declara que se não houvesse as lutas a partir do Movimento Negro, os brasileiros e muitos outros cidadãos do mundo não teriam conhecimento sobre as questões raciais e africanas, as políticas de promoção da igualdade racial não teriam sido implementadas, nem, tampouco, haveria o reconhecimento do racismo como crime inafiançável a partir da lei 14.532/23, que tipifica como crime o racismo e a injúria racial, bem como estabelece o aumento da pena de dois para cinco anos de reclusão.

Foi também a partir das lutas do Movimento Negro que se inseriu a obrigatoriedade da inclusão do ensino da história da África e da cultura afro brasileira na educação básica, nas escolas públicas e particulares, com a implementação da lei 10.639/03, bem como a ampliação dessa questão com a lei 11.645/08, que inclui nessa obrigatoriedade a história e a cultura indígena brasileira. Todas as leis citadas foram sancionadas pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e consistem em ações elencadas como algumas das muitas conquistas originadas pelas lutas travadas pelo Movimento Negro Educador e pelos movimentos sociais diversos contra a supremacia da branquitude no Brasil.

Em virtude das ações educativas do Movimento Negro, a noção de “raça” perde o caráter socioantropológico negativo e passa a ser usada como potência emancipatória. Gomes (2017) cita Domingues (2007, p.102), destacando que:

[...] Para o Movimento Negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, são utilizadas não só como elementos de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o Movimento Negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (GOMES, 2017, p.22)

Para Nilma Gomes, o reconhecimento das políticas e saberes emancipatórios questionam conhecimentos entendidos como absolutos, o que ajuda na construção de outras narrativas antirracistas, buscando a emancipação, libertação e autonomia. Também fortalece as instituições educacionais, ampliando horizontes e diversificando saberes no contexto de países extremamente miscigenados, como é a sociedade brasileira e as diásporas africanas. Esses saberes descolonizadores, agregados aos currículos da educação básica e superior, impetra autonomia nas pessoas, mediante informações em favor da emancipação sociocultural africana e afro-brasileira.

Nilma Lino Gomes, em artigo escrito em 2012, defende a descolonização dos currículos na educação quando defende a exigência de:

[...] mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamentos dos lugares de poder. Indaga a relação entre direito de privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade. (GOMES, 2012, p.100).

A abordagem feita pela professora Nilma ressalta não ser fácil fazer valer as leis mediante as mudanças nas práticas quotidianas. No entanto, a efetivação dessas leis contidas na constituição brasileira mitiga a ignorância sobre o racismo e seus efeitos, propagando

informações de maneira gradativa às pessoas dos mais diversos grupos étnico-raciais. Esse entendimento propagará a existência do racismo, ajudando o povo negro a se reconhecer e conquistar seu espaço na sociedade, no meio político e acadêmico, em busca de igualdade racial.

No entanto, falar de questões raciais de forma afirmativa se torna ameaça para o grupo que se considera dominante e detentor do poder, porque as políticas que regem essas ações reforçam e inserem os negros, negras e indígenas na sociedade. Vale lembrar que, no grupo dos negros, estão inseridos os pretos e todos os miscigenados.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que rege a sociedade brasileira, expõe em diversos momentos de seu texto, questões de grande importância para as reflexões feitas neste trabalho. Em seu “Preâmbulo”, por exemplo, o texto diz:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte. (BRASIL, 1988).

O preâmbulo apresentado é um tipo de relatório que antecede a publicação de uma lei ou decreto. Este documento revela ideários políticos, sociais, ideológicos e econômicos, manifestados pelo poder constituinte, apresentando uma nova ou reformada constituição e assegura os direitos sociais e individuais em vários âmbitos. Podemos notar, no que diz respeito à retórica intitulada neste trabalho, que é usado o termo “assegurar”, ou seja, garantir direitos, igualdade, justiça sem preconceitos. Isto é justamente o que os étnicos precisam para que possa haver um tratamento igualitário entre os indivíduos.

Os direitos dos cidadãos brasileiros, de acordo com a Constituição de 1988, classificam-se em cinco grupos: direitos individuais, direitos coletivos, direitos sociais, direitos à nacionalidade e direitos políticos. De acordo com os direitos e deveres individuais e coletivos contidos no capítulo I da constituição, o documento atribui que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

**III** — ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

**X** — são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

(...)

**XLII** — a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; (BRASIL, 1988).

Conforme os elementos elencados, é possível perceber que, diante de acontecimentos cuja ocorrência é comum em função do racismo corriqueiro na sociedade brasileira, podemos notar que há violação das leis através do seu descumprimento por muitos que não as aplicam de maneira coerente, pela desigualdade estampada, vista e sentida por aqueles que são alvo das discriminações raciais. Uns o fazem por não possuir conhecimento suficiente; outros, embasados nas noções de cor e diferença quanto à classe social. Não obstante, existem também aqueles que não reconhecem seus direitos porque não adquiriram conhecimentos extrínsecos necessários ao longo da vida. Por essa razão é que os militantes, que já possuem uma “consciência negra” e estão cientes de que “todos têm direitos iguais”, entendem que o corpo negro precisa ocupar lugar, por direito, nas universidades, empregos, lideranças, dentre muitos outros espaços, sem serem vistos com censura, racismo, preconceito, desigualdade e muitos outros atos discriminatórios atribuídos.

É evidente nos ensinamentos de Gomes (2017) que, para trilhar a direção que leva a atingir conhecimentos indispensáveis em busca da consciência sobre identidade nacional e para que sejam desconstruídos e reconstruídos pensamentos arraigados pelo eurocentrismo e por defesa da igualdade, foi preciso que o Movimento Negro, considerado um dos principais atores políticos, educador de pessoas, entrasse em cena. Por essa razão é que o movimento se insere em grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos para minimizar a fronteira existente entre as raças, levando os negros à emancipação.

A partir do momento em que movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, conquistaram lugar de destaque no Brasil, muitos debates acerca do racismo foram potencializados e transformados em políticas públicas de superação da desigualdade dos povos étnicos, desfazendo o mito da democracia racial com o seu caráter político, afirmativo e emancipador. Inquestionavelmente, nota-se que esse grupo social é empoderado e, além de nos reeducar e nos dar forças para prosseguir nas lutas, conforme reitera Nilma Gomes, “é preciso sabedoria e resistência democráticas” (GOMES, 2017, p.20). Assim, é preciso manter uma postura de empoderamento para os possíveis enfrentamentos diante de uma sociedade capitalista, patriarcal, hierarquizada, racista e LGBTQIAP+fóbica.

Mesmo que os negros tenham conquistado seu espaço ao longo dos séculos, ainda há muito pelo que lutar, pois as tensões patriarcais e capitalistas eurocêntricas ainda são manifestadas no espaço educativo. Isso se torna notório pelo fato de as desigualdades sociais e

raciais estarem imbricadas. Com relação a essa questão, foi e está sendo o Movimento Negro que despertou o Estado e a sociedade em relação à desigualdade racial no Brasil. Gomes (2017, p.26) cita Silvério (2002, p. 222) declarando que: “(...) a desigualdade que atinge a população negra brasileira não é somente herança de passado escravista, mas, sim, um fenômeno mais complexo e multicausal, produto de uma trama complexa entre o plano econômico, político e cultural”.

Essa declaração demonstra que os negros continuam sendo vítimas, a todo tempo, das desigualdades sociais e raciais. Se não fossem as ações contínuas protagonizadas pelo movimento negro contemporâneo, colocando em prática as denúncias de racismo e injúria e levando ao entendimento geral que a população negra goza de diferentes direitos e oportunidades, as pessoas nunca iriam entender que aquilo que lhes é negado configura-se em prejuízo às suas existências.

As maneiras que o Movimento Negro encontrou para estar sempre em atuação se materializa através da fixação de datas nacionais - como o 20 de novembro -, visibilizando autores que narram sobre heróis negro, a exemplo de Zumbi dos Palmares e através de palestras e materiais didáticos e instrucionais com temas antirracistas, entre outros. O objetivo principal dessas ações é impetrar nas escolas conteúdos que trazem indagações e conhecimentos sobre si e sobre a realidade social, visando propagar a reprodução do racismo, entre outras estratégias.

A título de ilustração, elencaremos algumas organizações que contribuem na produção de materiais e na construção de uma rede de atuação educativa antirracista, a exemplo da organização não governamental (ONG) “Quero na Escola” que desenvolveu uma ação<sup>5</sup> para ouvir estudantes e professores sobre o racismo identificado nas escolas, a fim de que mais medidas antirracistas sejam tomadas na sociedade e no âmbito das políticas públicas. Outro exemplo é a “Biblioteca Dinâmica”, na qual encontramos acervos bibliográficos diversos que servem de referência para a construção de materiais antirracistas, em um espaço virtual organizado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT)<sup>6</sup>, englobando literatura em geral, material acadêmico e publicações escritas e virtuais relacionados ao tema da igualdade racial e da equidade, com abordagem normalizada pelas Leis 10639/2003 e 11645/2008, dando acesso à leitura online e *download* de textos disponíveis em vários formatos.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.antirracista.queronaescola.com.br/>. Acesso em 15 dez. 2022.

<sup>6</sup> Ver em [https://anansi.ceert.org.br/biblioteca?gclid=CjwKCAjw3ueiBhBmEiwA4BhspOh\\_-QZR-0aunpK8J1QP3LJcQKWh318lkg7z9vqMWhN\\_9b13DloCUBoCGKEQAvD\\_BwE](https://anansi.ceert.org.br/biblioteca?gclid=CjwKCAjw3ueiBhBmEiwA4BhspOh_-QZR-0aunpK8J1QP3LJcQKWh318lkg7z9vqMWhN_9b13DloCUBoCGKEQAvD_BwE). Acesso em 15 dez. 2022.



É de suma importância apresentar também o “Dados Contra o Racismo – Instituto DACOR”, que se refere a uma ONG com missão de combater o racismo no Brasil por meio da sistematização, disseminação de conhecimentos e promoção de políticas públicas e privadas com vistas a estimular a paridade racial com base em evidências. Há outras organizações que não foram elencadas, cujo objetivo é propagar, minimizar e eliminar eventos adversos causadores de prejuízos aos desfavorecidos.

Todos os exemplos citados somam-se a outras tantas iniciativas que reforçam o trabalho pedagógico que o movimento negro vem realizando há anos no Brasil – e no mundo – em prol do antirracismo e da equidade social em termos também de etnia e raça. Desse modo, Gomes (2017) concorda com Santos (2009) quando diz que “O movimento negro, (...) é reconhecido, (...) como sujeito do conhecimento” (GOMES, 2017, p. 28). E se assim não fosse, o que perduraria até nossos dias seriam as falácias sobre o descobrimento e independência do Brasil, da abolição da escravatura, entre outros discursos declarados pelos fundadores brancos de uma história que em nada contribui para a igualdade étnico-racial.

Essa retórica sempre impediu que as pessoas compreendessem que ser livres e libertos significa usufruir de todos os direitos ditos “iguais”, atribuídos por lei. Os negros conscientes sabem que esse tipo de discurso, apoiado em uma atribuição hierarquizada do passado que perdura até nossos dias, chamada “cor”, só os inferiorizou. Diante desse panorama insustentável, precisamos entender que os movimentos antirracistas, com destaque especial para o protagonismo do Movimento Negro, trabalham com o propósito de ressignificar o que seja “cor”, “raça”, “identidade”, “o negro”, “o preto” e “o pardo”, bem como muitas outras categorias e vertentes que venham a alimentar discursos distorcidos sobre a realidade discriminatória dos não brancos na sociedade brasileira.

Quando é dito que o movimento negro reeduca, é porque recebemos uma educação eurocêntrica que nos foi imposta e que trabalha na manutenção do mito da identidade nacional, que se refere a uma identidade em que o indivíduo se assume brasileiro, mas tem sua representatividade induzida pelo contexto social europeu, quando teria que ser das Américas. Ou seja, ele é valorizado quando representa o papel que lhe foi imposto, entretanto, não é acolhido em seu pertencimento identitário racial patriota. Por essa razão é que o movimento negro, principalmente no contexto das ações afirmativas, cumpre o seu papel de trazer sempre de volta o debate sobre raça no Brasil, como fundamenta Nilma Lino (2017), quando diz:

Mesmo com críticas, há um aumento da institucionalização do uso das categorias de cor do IBGE (preto, pardo, branco, amarelo e indígena) nos formulários e nos censos educacionais, trazendo a autodeclaração racial para o universo e para o cotidiano dos

brasileiros. O debate sobre quem é negro e quem é branco invade a vida dos brasileiros e das brasileiras de uma forma diferente, extrapolando os espaços de militância e da discussão política. Assistimos, nas redes sociais, uma profusão de páginas pessoais, de figuras públicas e de grupos juvenis, publicadas por pessoas negras que escrevem sobre a experiência de ser negro, denunciam o racismo, transmitem informações, dão dicas de beleza e cuidados com a pele e o cabelo crespo. Discussões como apropriação cultural, colorismo, racismo, ações afirmativas são realizadas na vida online e off-line de maneira crítica política e posicionada pelos sujeitos negros. (GOMES, 201, p.70).

Essa luta, ao longo da história, está surtindo efeitos gradativos porque se trata de uma desconstrução da mentalidade colonizada que já está arraigada na sociedade brasileira, seja no âmbito social pela aculturação imposta, seja no político com as imposições da lógica racializada da língua e o domínio dos saberes. Contudo, é notória uma nova visibilidade da identidade e das questões raciais se fazendo presente em vários campos de conhecimentos, a exemplo das artes e literatura.

Inquestionavelmente, é preciso falar do racismo do branco para com os não brancos (negros e indígenas) e, também, dos “ditos pardos e morenos” contra os pretos que fazem parte de sua própria raça, a negra. É preciso discutir e entender os mecanismos que alimentam os apagamentos e a produção do auto raiva e do auto rejeição, a partir da suposta ideia do racismo reverso. É preciso alimentar políticas de reparação histórica – como a política de cotas – desconstruindo a ideia de que isso trata ser caridade ou favor. É preciso destacar o que é verdadeiramente ser negra ou negro no Brasil e o que nos define.

As políticas de ações afirmativas reeducam as negras e os negros na sua relação com o corpo e também reeduca a sociedade brasileira quando infere o olhar sobre o corpo negro a fim de que estes possam ser inseridos nos espaços acadêmicos, núcleos de pesquisas, governo federal, ministérios, secretarias, para que tenham seus salários equiparados aos salários dos brancos, trazendo novas proposta equitativas. Destarte, em referência ao Movimento negro como educador e reeducador, é de bom-tom dizer que só a educação transforma mentes escravizadas por ideias eurocêtricas.

## 4 CAPÍTULO III: AUTOIDENTIFICAÇÃO DE FORMA CONSCIENTE: CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA

### 4.1 NARRATIVA NUMA PERSPECTIVA DE ESCRIVIVÊNCIA (CONTO)

#### Inquietações de um “ser negro” tendo dito “cor parda”

Tudo se inicia quando um homem, brasileiro, da cidade de Salvador- (BA), 25 anos, bisneto de português nato e filho de mãe de pele clara e cabelos loiros e finos, fugiu com uma mulher brasileira, de 20 anos, da cidade de Acajutiba- (BA), filha de mãe solteira, de pele clara e cabelos crespos amarelados, tendo como pai, um homem de olhos claros, cabelos claros e lisos. Refugiaram-se para a cidade de São Francisco do Conde por conta da gravidez indesejável de sua companheira. Eles tiveram 7 filhas mulheres. Dentre essas filhas, a do meio, iniciou sua vida escolar aos 7 anos de idade, estudando em um Complexo Escolar com modelo educacional tecnicista, que se refere a uma linha de ensino adotada ao longo dos anos 70, a qual privilegiava em excesso a tecnologia educacional, transformando professores e alunos em simples receptores e executores de projetos prontos, de forma autoritária e desvinculada do contexto social.

Em uma tarde, no ano de 1974, após o término de uma jornada diária estudantil, a bela garota “parda”, de cabelos lisos e negros, olhos castanhos escuros, boca carnuda bem torneada e rosada, nariz arrebitado e pequeno, sentava em uma pedra que ficava no entorno da escola, próxima à linha do trem, para pensar na vida, como era de costume. Indagava mentalmente os porquês das suas vivências, já que descobrira sua existência, bem como situações e acontecimentos no lugarejo, no meio familiar, na comunidade e na escola.

Seus traços, considerados na época “viçosos” chamavam a atenção de muitos, evidenciados nas falas alheias, quando diziam: “- Que fofa! Parece uma índia! Dá vontade de morder!” Alguns puxavam seus cabelos pensando ser peruca por ter fios pretos e fortes como os de um pincel. A garota foi crescendo cheia de galanteios, bem como se destacava na escola, por chegar com prévios conhecimentos adquiridos no lar, com sua avó Jerozelina e sua mãe Modesta. Mulheres que ensinaram a cartilha do “ABC” e da “Casinha Feliz”, bem como o livrinho de “Tabuada”, além de muitos outros conhecimentos passados pelas suas duas irmãs mais velhas, May (*in memoriam*) e Lene.

Na comunidade, se desenvolveu muito com brinquedos inventados e brincadeiras diversas, incluindo: desfiles, teatro de bonecos, amarelinha, esconde-esconde, pega-pega,

periquito, baleado, musicais, entre muitos outros. A menina tomou tendência para as artes cênicas, para dança e canto, o que a levou a se tornar uma ativista mirim. Mesmo com pouca idade fazia julgamentos de “certo ou errado”, sempre querendo respostas em seus argumentos,

Atuante da classe de 1ª série primária, fazia parte das práxis educativas daquela época dividir a turma em dois grupos no mesmo espaço da sala, sendo a turma “A” a dos fortes, à direita e a turma “B”, dos fracos, à esquerda. Aquele ano seria o último das execuções da palmatória, que soava nas mãos dos menos favorecidos. Diante dessa situação, era notório pelas duas classes, o tratamento de superioridade e inferioridade, dentro de um processo discriminatório sofrido a partir das práticas da desigualdade pelo fato de a turma “A” ser induzida a realizar atos de tortura e discriminação contra a turma “B”, a exemplo dos tapas de palmatória nas mãos dos ditos mais fracos, dadas pelos próprios colegas que conseguiam responder às questões temáticas de forma correta. Nos corredores, soava mau aos ouvidos da pequena notável os alunos dizerem que o significado do “A” era adiantado, atentos, alertas, enquanto o “B” significava que eram burros, bestas, babacas e bobos.

Todo intercorrido constrangia a criança, a qual conseguia ver e sentir na própria pele suas raízes gritarem, por notar que aquela seleção também era enredada pela classe social, pela cor da pele e pela localização geográfica daqueles que residiam na zona rural em detrimento dos que moravam na zona urbana. Como resultado, poderia empretecer ou embranquecer no momento dos favorecimentos ou desfavor. Na verdade, era uma dor empática, porque isso não fazia parte da índole da pequena, que sempre quebrava os protocolos sentando do lado “errado”, defendendo a turma “B” das palavras discriminatórias e agressivas que recebiam. Ela lanchava junto deles, ensinava a lição aos colegas para que não apanhassem na mão com a palmatoria e, quando chegava sua vez de bater, se recusava a fazer tal ato por não achar lícito. Entretanto, para não contrariar o corpo docente e evitar que sua mãe fosse chamada na secretaria por não cumprir com as orientações, amenizava por total a batida da palmatória, evitando a dor alheia.

Dentre todos os acontecidos, os que foram narrados se referem apenas a algumas das situações tristes vividas na escola. Basta imaginar que, quando foi feito o convite a uma menina de pele retinta para ser sua amiga, sucedeu um espanto e a convidada replicou: “Está falando a verdade? Claro que quero!” Desse dia em diante, Jaci se tornou sua melhor amiga, não conseguindo sentir diferença alguma como ser humano, mesmo observando que o fenótipo de ambas tinha algumas diferenças.

Lú foi o apelido dado a menina por suas irmãs, Lene e Moa, que a chamam assim até hoje. Foi-lhe imposta essa denominação pela aparência que possuía com a “Luluzinha” das revistas em quadrinhos, considerada como a primeira personagem feminista integrante do

“Clube do Bolinha”. Ela começou a perceber que as falácias discriminatórias e racistas inferiorizavam as pessoas de pele mais retintas, bem como pessoas de classe baixa. Notara também que os termos pejorativos perpassavam os muros da escola, atravessando fronteiras com discursos abusivos do tipo: “sua negrinha”, “nega do cabelo duro”, “nega maluca”, “cabelo de pixaim”, “macaco”, “nega preta do ebó, toma banho e não bota pó”.

O tempo foi passando, ficando aquelas cenas como coisas de criança. Também o regime escolar, político e cultural foi mudando aos poucos e, junto a eles, a sociedade. Agora, já não se via mais os ataques infantilizados pelo fato de a menina ter crescido e se ocupado com sua vida pessoal. Na verdade, tinha se acostumado com sua dita “cor parda”, se acomodando em “zona de conforto” pela ambiguidade entre o branco e o preto. Ao ingressar em uma universidade particular, entre os anos 2010 a 2013, a menina que crescera se inquietou novamente ao se deparar com uma turma de 30 alunos do curso de Pedagogia, notando que em sua concepção só havia duas colegas pretas, o que a levou a questionar-se do recalque nas pessoas de tez mais retinta entrar nas universidades. Indignou-se, também, por uma delas perder a oportunidade de se formar por ter feito plágio na última atividade, não aprovando e sendo retirada da lista dos formandos.

O fato deu o que falar aos outros colegas, que ressoaram: “Além de preta, burra!”. Foi feito de tudo para que a outra menina de cor negra/preta fosse oradora da turma, o que na mentalidade das pessoas serviria para salvar sua “raça” e assim foi dado o voto. Reproduziram o racismo de forma natural, por falta de conhecimento adequado. Essa atitude partiu também da jovem universitária, pelo fato de em seu registro já possuir uma cor heteroatribuída. Passou quase todo tempo de sua vida se autodeclarando de acordo com o que estava no papel da certidão de nascimento para cumprir a lei que lhe impunha esta obediência, reproduzindo sempre falas como: “vocês que são brancos ou pretos que se entendam”, “estão denegrindo minha imagem?”.

Na mesma universidade, na disciplina “História da Educação”, foram abordados questionamentos sobre as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 com muita superficialidade, a ponto de não causar mudanças acerca da assimilação portuguesa impetrada em seus ideários colonizadores.

Quatro anos depois, ao iniciar a segunda graduação em uma universidade federal, no primeiro semestre e a partir de discursos sobre identidade racial, aguçou as dúvidas que tinha desde criança. Ao chegar em casa contando o acontecido, como se o palestrante estivesse errado em dizer que os brasileiros eram negros, Carol (filha) e sua companheira Marcele, que já tinham adquirido suas consciências negras, começaram a chamar atenção da mãe que, em suas falas,

quando se tratava de cor ou raça, dizia ser “morena” ou “parda”. A filha retrucava, sempre que se tocava nesse assunto: “Mãe, a gente é negra!”. Continuava a replicar: “Eu mesma sou negra...negrona!”. Ela sempre se empretecendo nos tipos de roupas, calçados e penteados, mesmo que seus cabelos fossem amolecidos e seus cachos fossem soltos, fazia de tudo para se “empretecer”, tendo pele “parda”. A mãe se aborreceu e disse: “Você já está me chateando com isso! Quer saber de uma coisa? Seja preta sozinha! Eu sou parda, morena, encardida, marrom claro, indígena, qualquer coisa, menos preta, pronto e ponto!”. Na verdade, a mãe não tinha consciência da negritude que carregava, nem sequer conhecimento, mesmo tendo formação de nível superior e, por isso agia assim.

Após ter trabalhado por 15 anos como professora de educação infantil e ensino fundamental I, já que tinha formação em Magistério e Pedagogia, se cansou de ensinar em classes de crianças e pré-adolescentes, almejando trabalhar com alunos mais maduros. Incentivada por um funcionário da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), instalada na sua cidade e de Mari, sua irmã, ingressou no ano de 2017 naquela instituição de ensino superior para nova capacitação, agora no curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, aproveitando uma das melhores oportunidades que a cidade de São Francisco do Conde dispunha até então. Essa universidade oferta vários cursos de graduação e mestrado para pretos e pardos brasileiros, indígenas e para pessoas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), como Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, além de Timor Leste. A oportunidade era tão única que também ingressaram mais duas irmãs no curso de Letras, além de um cunhado no curso de Humanidades.

Logo no primeiro semestre, a aluna “parda” se deparou com o professor da disciplina “Sociedade, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos”, homem de pele parda ou morena, cabelos encarapinhados trançados, falando do privilégio que as pessoas tinham em ingressar em universidades que trabalham com diferenças raciais. Em suas falas dizia sempre a frase “para nós negros, pretos e pardos...” Via-se no rosto de quase todos os que tinham a pele mais clara uma feição irônica, inclusive na da jovem. Porém, os que tinham peles retintas, aparentavam estar constrangidos com as discussões geradas. Na verdade, a aula já tinha começado e pensávamos que o professor só falava “abobrinhas”. Compreendíamos o termo negro/preto como palavras sinônimas e o “negro/preto e pardo” como duas coisas totalmente diferentes, de maneira que a menina cresceu, mas não paravam os argumentos. Não querendo sair da classe com dúvidas, direcionava a pergunta ao professor sobre o porquê de ele generalizar sua frase “nós negros, pretos e pardos”. Negro/preto não seria a cor, o tipo dos

cabelos crespos, os lábios volumosos? Ela também aprendeu nas aulas de Estudos Sociais, que os resultantes da miscigenação deram origem a três tipos de mestiços, por exemplo, o caboclo = branco + índio; o mulato = negro + branco e o cafuzo = índio + negro. Então, professor! Por que está dizendo que eu e o senhor que temos pele morena somos negros? A classe começou a replicar e treplicar, uns dizendo que eram brancos, outros morenos, outros pardos, amarelos, encardidos, pretos, dentre outras classificações.

Após ouvir os argumentos, o professor disse, que ao longo dos estudos, uns iriam compreender melhor, outros não iriam, mas que aqueles argumentos e debates eram importantes para descolonizar mentes escravizadas pelo eurocentrismo. Ao término da aula, a aluna repetiu a mesma frase que dissera à sua filha anteriormente para o professor, não mudando de opinião: “O Senhor que se considere negro sozinho”, saindo pelos corredores pensativa retrucou: - Será que ele se considera negro por ter cabelos crespos? Meus cabelos são lisos, podendo me considerar até indígena, porém, o que as pessoas dizem não importa, o papel da lei é que está correto, afinal, é a cor parda que está escrito em meu registro de nascimento. Oxe! Achei esse professor um pouco atrapalhado das ideias.

Ao longo do curso de Letras, nos semestres posteriores, ficou notório, para quem era graduada em Pedagogia, que as disciplinas que compunham a grade curricular, assim como os professores em suas metodologias, utilizavam temas antirracistas a partir da interdisciplinaridade, tanto da área da linguística, como da literatura. Conteúdos esses que contavam toda a trajetória desde o início da entrada dos portugueses pelo mar mediterrâneo até a tomada das terras invadidas em vez de “descobertas”. Também, sobre a catequização, a imposição da língua portuguesa como oficial e as heranças decorrentes do eurocentrismo, que perduram até nossos dias. Contudo, as indagações dos acontecimentos da infância não desmistificados se revelavam aos poucos.

No quarto semestre, a mente da aluna já estava sendo descolonizada, porque sua inquietação com relação a todos os absurdos que vira no cotidiano estava se revelando. O que, vivenciara na escola é considerado hoje como crime de injúria racial inafiançável pelo ato de preconceito e racismo praticados. E deveria haver um porquê como resposta para suas perguntas do passado: “Por que separaram a turma? Porque faziam chacota, hoje termo conhecido como *bullying*, com os que tinham pele mais retinta, chamando-os de “nega do cabelo duro”, “sua negrinha”, “parece um macaco”, “cabelo de Bombril”. Da mesma forma, há um combate às reproduções e novas recriações que têm reforçado o racismo estrutural, a exemplo das frases: “A coisa está preta”, “inveja branca”, “mercado negro”, “estou deixando bem claro!”, “você pode esclarecer?” etc.

Para que chegasse a esse patamar de decisão, acredita-se que os signos linguísticos eurocêntricos foram mudando de significado a partir da desconstrução dos significantes. Isso se deve graças ao aproveitamento da disciplina “Teorias Linguísticas”, apresentando o Pai da Linguística Saussure (1969, p. 80), com sua fala: “une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. Acreditem! Quase tudo foi desmistificado! Na mentalidade anterior ao ingresso na faculdade ela tinha se autodeclarado “parda” para exercer o direito a entrar na cota da universidade, achando que era privilégio ou prêmio por reparação, diante de tudo que acontecera com outras pessoas miscigenadas e os de pele mais retinta.

Na verdade, os ditos “pardos” também sofrem racismo. Lembrou o que tinha acontecido dentro de um ônibus com seu filho mais novo de pele clara, sentado no colo de sua irmã, bem clarinha, Moa. Em dado momento, a toalhinha da criança caiu e uma pessoa ao lado pegou e entregou à tia, chamando-a de mãe por ter pele clara. Na verdade, não entregou à mãe verdadeira achando que a mãe fosse a babá, por portar pele parda. Outro episódio ocorreu dentro do *shopping*, quando a mãe parda também foi tratada como babá da criança fenotipicamente “branca” aos olhos alheios. Pelo fato de estar com a criança de cor clara nos braços e, mais à frente, o pai da criança, um homem de pele clara olhando joias na vitrine, deduziram ser ela a babá do filho do homem, por conta do inconsciente entendimento branco.

Os conhecimentos adquiridos quanto à compreensão dos projetos eurocêntricos, mostraram a ela que os pardos claros se sentem, por vezes, superiores e se digladiam com as outras pessoas de mesma etnia, fazendo com que os miscigenados percam as forças enquanto os brancos ascendem, ainda mais, e a sociedade continue a propagar o racismo.

Cansada de ver tanto massacre a partir da cor, a estudante que se declarou parda por muitos anos, reproduzindo o racismo de forma inconsciente, subiu as escadarias da universidade decidida a mudar o formato do autodeclaração, alterando a opção do grupo “pardo” para o grupo “PRETO (A)”, perguntando: preto não é cor? O funcionário alterou a opção para PRETO (A)/NEGRO(A), pediu também explicação, se atrapalhou todo não dando resposta que a conformasse. Só tinha três opções mesmo, o preto, o pardo e o indígena; escolhendo o preto, mas ainda duvidosa a ponto de não cessar os argumentos e estudos. Isso aconteceu porque entendeu que negro não é cor e sim raça! E que no conjunto da raça negra estão contidos todos os miscigenados, ou seja, o negro é o preto mais todos os miscigenados. Naquele dia se atribuía de forma consciente, por direito, tolhendo, assim, as pessoas em heteroatribuir de forma errônea. Também chegou à conclusão de que uma grande massa de pessoas, habitantes das diásporas africanas, possui mesma linha de pensamento, por também terem sido assimilados,



a exemplo dos guineenses que, por serem mais retintos e pertencerem ao continente africano, consideram os pardos brasileiros como brancos e eles como negros ou pretos, tendo dificuldade em distinguir quem é quem quando se fala de raça. Certo que em cada país tem suas políticas, mas as pessoas do continente africano também foram participantes do plano colonial pela assimilação.

Hoje, a vovó Jerozelina merece ser perdoada pelas suas ideias racistas quando, ao ver um casal de cor de pele divergente, se benzia e dizia: “Eu te esconjuro, raio!”, não repreendendo o de pele clara, mas tendo o preto como imagem do cão! Ela, se referindo ao Diabo, afirmava que aquilo era uma blasfêmia. Percebe-se, assim, a razão pela qual suas netas não tenham se relacionado com homens retintos. Isso foi incutido na mente daquelas pessoas por meio da linguagem, provinda do plano colonial, afinal, ninguém nasce racista, como afirma o empirista e filósofo inglês John Locke (1690). “Ao nascermos, somos considerados como uma folha em branco, “tábula rasa”.

- Ainda bem que existem instituições de ensino e movimentos educadores antirracistas, pensou a estudante que, no ano de 2023 escolheu o tema do seu TCC voltado para auxiliar as pessoas sobre como se conscientizar e se declarar de forma “consciente” diante da identificação étnico-racial. Ao deixar suas contribuições com esse conto, ela espera que o leitor encontre seu espaço por direito na sociedade, em sua forma de escolha de pertença racial.

A mulher, agora negra, se movimenta para ajudar a mitigar as práticas que reforçam e reproduzem o racismo, ajudando a aumentar os índices somatórios nas estatísticas em função do reconhecimento da raça (negra), que levará rumo a novas conquistas, não somente para ela, mas, para os povos miscigenados, pretos e indígenas que, unidos, se tornarão maioria e para que juntos eles possam ser mais fortes rumo à conquista do direito à diferença e à equidade social.

Finaliza-se, assim, com a frase, como reforço: “que os negros, todo os pretos somados com os pardos, quer sejam conscientes ou inconscientes”, sendo que é preciso que as informações necessárias às questões raciais cheguem a todos para que o povo negro se fortaleça estagnando o racismo.

## 4.2 O CONTO COMENTADO

A História muda ao longo do tempo. Desse modo, podemos dizer que as histórias estão sujeitas a mudanças ao transpassar valores e os desafios próprios das épocas em que se desenrolam. Ela – a história – pode ser temporal, quando é passageira; e atemporal, pelo fato

de permanecer a qualquer tempo ou época. Diante dessa assertiva, atribuímos esse conto como sendo atemporal porque são narrações vivenciadas na década de 1970, relacionando e tematizando identidade, discriminação, desigualdade, preconceito e racismo que aconteceram nos ambientes sociais, em família, na comunidade, na escola, nos transportes coletivos e, mais tarde, na universidade, que passou a existir desde a invasão portuguesa no Brasil e ainda perdura não apontando um fim. As ações e reações causadas pelas diferenças inquietavam a protagonista (menina) e essas mesmas inquietações perduram nas vivências de muitos até os nossos dias. A partir do exposto, começaremos a análise do conto “Inquietações de um ‘ser negro’ tendo dita ‘cor parda’”, imbricado com as discussões teóricas dos capítulos anteriores.

*A priori*, gostaria de analisar morfológicamente a palavra “inquietação”. In.qui.e.ta.ção. (sf) que, de acordo com o dicionário Houaiss (2009), significa um estado de nervosismo, inquietude agitação, preocupação, tormento, que tira a paz e o sossego das pessoas. Diante disto, o termo traz para o significado do conto o constrangimento, a dor, a inquietude da menina que ficou querendo resposta de tudo que via e ouvia e que diante do sistema da época não poderia interferir, mas sutilmente, burlava as regras, não se conformava. Por isso, ao sair da escola, antes de chegar em casa, na verdade, como todo bom ativista, pensava em usar estratégias, aproveitando de momentos oportunos para tentar mudar uma sociedade excludente.

O conto está escrito em forma de narrativa, em perspectiva de escrevivência, de acordo com a escritora Conceição Evaristo (2022). O termo, foi criado pela autora com o significado de escrever e vivenciar. De acordo com o exposto, ela cita que “A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande” e sim para incomodá-los em seus sons injustos” (EVARISTO, 2022, p. 54). A ideia da escrita do conto com essa performance é exatamente porque se trata de denúncias narradas pela própria menina acerca do que sucedia com as pessoas racializadas em um espaço de 5 décadas intercaladas.

Comparando aos nossos dias, o discurso continua quase o mesmo. É certo que houveram algumas mudanças na sociedade e isso se deve às pessoas que denunciam, se inquietam e continuam com suas sutilezas e resistências, com o intuito de propagar e não calar, conquanto ainda é a via mais poderosa que temos. E é exatamente o objetivo dos conscientizados, levar as pessoas à consciência de sua identidade marcada pelas diferenças.

Narrado em terceira pessoa, conta a história de uma menina inquieta com algumas dúvidas sociais desde os 7 anos de idade. O conto inicia descrevendo as características dos personagens, pai, avós maternos e paternos e a da protagonista: a menina. Em função do exposto, podemos notar que se trata de uma família de miscigenados, caracterizados pelo fenótipo e pela cor da pele que, com base nas características expostas, nos permite chegar à

conclusão que houve mistura de pessoas dos grupos de pertença racial do branco, do preto e do indígena.

Conforme discutido no Capítulo 1 da fundamentação teórica deste trabalho, a partir da construção dos discursos e conceitos que corroboram o ato da identificação racial, podemos notar que o conto também expõe discursos focados na identificação étnico-racial da menina e de seus familiares que, a partir das diferenças a levou a construir sua identidade.

Ela, a quarta filha da família, que já nasceu taxada como parda, “possui cabelos lisos e negros, olhos castanhos escuros, boca carnuda bem torneada e rosada, nariz arrebitado e pequeno, queria entender melhor, o porquê dos tratamentos diferenciados observados em sua classe, que impetrava classificação: branco/preto, superior/inferior, forte/ fraco, inteligente/burro, cabelo liso/cabelo duro, bonito/feio e outros mais”. Fazendo um paralelo do que foi mencionado no conto com o que foi discutido em “Formas de identificação de pertença racial: convergência em seus resultados”, podemos entender o que nos explica Osório (2003) quando diz que são muitas as críticas feitas quando as pessoas são avaliadas dentro do método proposto, pelo fato de muitos não se encaixarem em um grupo. Alguns porque têm certeza que não se enquadram em lugar algum e outros colocam qualquer opção por não saber. Assim, deve-se verificar o porquê isso acontece, para que seja ajustado ou os resultados nunca serão precisos.

Na narrativa, também se vê a reação da criança em relação à separação da turma em dois grupos, em que se destaca o trecho: “A criança notava que aquela seleção era enredada pela classe social, pela cor da pele e pela localização geográfica”. Osório (2003) declara que se há divergências e inconsistências nessas classificações, é preciso entendê-las melhor, percebendo, como se dá o processo de identificação das pessoas, relacionando esses fatores com as questões sociais existentes. Isso significa que, se na sociedade daquela época aconteciam as separações a partir das divergências que causavam confusões, como diz o autor “é preciso entendê-las melhor” e foi exatamente o que deixou a menina sem resposta, porque ela se sentia enquadrada nas duas turmas e via que o que causava a separação eram as diferenças e que ao invés de essas diferenças constituir nossa identidade, separava. Isso significa que esse fator não era compreendido na época, assim como muitos hoje ainda não entendem.

No conto são descritos ainda os fenótipos e cores dos familiares da protagonista, desde seu tataravô até seus pais, apresentando pele parda, pele clara, cabelos pretos, cabelos loiros, alguns lisos, outros pouco crespos, ou seja, uma família de miscigenados e classes sociais diferenciadas. Diante do que foi apresentado no conto, essas características foram narradas por heteroatribuição após a menina ter se conscientizado de que a identidade é marcada pela diferença e não por características e isso é exatamente o que os discursos teóricos defendem:

que as pessoas saibam se entender não pela cor e características, mas se conscientizar de que fazem parte de um grupo étnico que é definido pela cultura própria, religião, língua e outros aspectos, porém que tem mesma origem. No conto, se os familiares fossem escolher seu grupo, por não terem chegado à visão identitária, como acontece até os dias de hoje ainda que em menor intensidade, elas se encaixariam em grupos diferentes. Lembrando que as opções de grupos têm que ser revistas.

Como já foi dito, as pessoas só se entendem pela cor e pelas feições, sendo que a maioria era preta ou branca. Outras vezes, dizia-se ser pardo porque não se achava nem preto e nem branco. A explicação que Osório (2003) transmite é exatamente a confusão gerada no momento das pessoas se autodefinirem, diante do método de classificação que está presente no censo do IBGE, no qual constam as categorias “preta”, “parda”, “amarela”, “branca” e “indígena”.

Destaca-se, em função dessas questões, o que disse Tomaz Tadeu da Silva (2000) – conforme apresentado na seção 2.2 deste trabalho – ao abordar as relações entre identidade, diferença e relação de poder. Ele afirma que a identidade não deve ser vista individualmente, nem pode ser separada da sociedade, ou seja, ela só ganha sentido em interação com os outros, nas semelhanças. Refletindo sobre o pensamento do autor, realmente só notamos as diferenças quando as pessoas se agrupam. Sobre isso, o conto narra a observância da garota: “[...] era notório pelas duas classes, o tratamento de superioridade e inferioridade, dentro de um processo discriminatório sofrido a partir das práticas da desigualdade, pelo fato de a turma ‘A’ ser induzida a realizar atos de tortura e discriminação contra a turma ‘B’”.

Dessa forma o conto vai corroborar o ponto de vista de Silva (2000), ao mostrar ações vivenciadas no cotidiano pelos personagens e pela protagonista “dita parda”, contar o que ela via e sentia a partir da discriminação em função da cor da pele e situação social, que implica em as pessoas sentir dificuldade no momento de se definir em um grupo, de forma consciente, como mostra o diálogo entre a mãe (dita parda) e a filha, que já havia se reconhecido como negra. Quando a mãe se chateou, mandou que a filha fosse “preta sozinha” pelo fato de entender que ser “preto” era um coisa ruim, por toda maldade feitas com essas pessoas. Isso aconteceu por ela não possuir entendimento nem ideia, do sentido de raça, de questões étnico-raciais, de pertencimento afro-brasileiro, entre outras situações identitárias. Por esses motivos, agia dessa forma.

Pelo fato de muitos não entenderem sobre a ideia de “cor”, muito menos sobre o conceito de “raça”, é pertinente lembrar o que ensina Quijano (2005). A seção 2.3, nos faz entender que as questões que envolvem “cor” e “raça” no Brasil ainda se encontram bastante confusas. Com base nas ideias de Aníbal Quijano (2005), o termo raça, como explicamos anteriormente,

foi uma palavra pejorativa usada para separar, ou seja, hierarquizar as pessoas em melhor e pior. Essa hierarquização só foi ouvida depois que invadiram o Brasil, ou seja, antes esse termo não existia.

Ainda nas suas expressões, Quijano diz que o termo “raça” foi a forma que o colonizador usou para dominar, para exercer uma relação de dominação para subalternizar os colonizados a partir de suas características físicas e por cor. E no que diz respeito ao termo subalternizar, podemos entender que escravizaram não somente os originários e os negros, mas colocaram os assimilados abaixo do colonizador em sua cultura, sua língua, escravizando-os.

Com relação à questão da “cor parda”, explorada no item 2.4 deste trabalho, vale observar outro episódio do conto quando a narradora conta de quando a menina já estava na universidade, em sua segunda graduação, em uma universidade que desenvolve ações antirracistas e trabalha as diferenças. Ela, que levou o tempo todo se entendendo como parda, por imposição da lei e pela sociedade racista, mudou seu grupo de pertença para o negro/preto porque entendeu que o negro não é cor, mas um grupo onde cabem todos os miscigenados e todos os que possuem pele retinta. A questão do “pardo”, segundo o que explica Osório (2003) é resultado da miscigenação racial ocorrida no Brasil. No entanto, esse termo, como já foi explicado anteriormente, esconde identidades e não acolhe a diversidade étnico-racial existente.

Em função do exposto, o significado pejorativo do termo pardo, faz com que, mesmo na contemporaneidade, muitos usem outros termos para se atribuírem, como o exemplo narrado no conto mostra: “A mãe se aborreceu e disse: - Você já está me chateando com isso! Quer saber de uma coisa? Seja preta sozinha! Eu sou parda, morena, encardida, marrom claro, qualquer coisa, menos preta, pronto e ponto!”. A atitude da mãe no texto mostra que ela já tinha internalizado o termo pardo ligado à cor da pele, nem branca e nem preta, não sabendo que tanto o termo negro quanto o termo preto, em seus sinônimos, vão inserir a palavra “pardo”.

No subtítulo 2.5, intitulado “Com base no branco, preto e pardo, quem são os negros?” Osório (2003) traz a discussão sobre os indivíduos brasileiros de mesma nacionalidade, os quais mesmo estando no mesmo espaço geográfico são hierarquizados entre si, inclusive por classe social, como se portassem identidades diferenciadas. Em consonância com o conto, podemos contextualizar a cena em que a pequena criança já não estava suportando ver as classes separadas. Pior ainda, quando notou que o motivo também era pela cor da pele, local onde moravam e condições financeiras e que, a depender do contexto de cada um, eram selecionados.

Visto que essas práticas são notórias em nossa sociedade racista, a exemplo da parte do conto quando a menina ficava constrangida por quererem puxar seus cabelos pensando ser peruca, porque achavam que, por ter pele dita morena, é incomum portar cabelos com fios

pretos, fortes e lisos, implicando em muitos dizerem que ela era miscigenada com indígenas, enquanto outros diziam que ela era branca. Pelo fenótipo e pela cor, só não diziam ser negra e ou preta.

Diante dessa incidência, fica difícil saber “O que e quem nos define como negros no Brasil? ”, como mostra o enunciado do tópico 2.6. Nogueira (1985) nos explica que no Brasil vige “o preconceito racial de marca”, no qual as pessoas não se preocupam muito com a origem e em que negros e negras são detectados pelos traços fenotípicos que são mobilizados socialmente como forma de inferioridade. Isso também pode ser visto no enredo do conto quando, na primeira graduação da jovem, em uma turma de 30 alunas, aos olhos dela, só notava que tinha duas alunas pretas ou negras; na época nem podia chamar assim, dizia “moreninhas” ou “escurinhas”, levando a pensar o porquê de as pessoas de pele mais escura não ocupar as cadeiras da universidade. Em virtude disso e de uma delas ter plagiado a última atividade e ficado de fora da formatura, a turma cometeu dois atos de racismo: um por falar frase depreciadora, mesmo ela não ouvindo -“além de preta, burra!”. A outra, em forma de ação, dizendo salvar a pele, pelo visto preta, colocaram para ser oradora da turma, como se estivessem realizando um ato de reparação pelo que a outra colega tinha feito. Essas atitudes ainda são corriqueiras em nossa sociedade racista. As raízes da menina gritavam porque mesmo que ela visse diferenças nas pessoas não justificaria tal atos e ações.

A professora e militante do Movimento Negro, Nilma Lino Gomes, em suas vivências, traz o reconhecimento do que seja o racismo para a população brasileira para que haja interferências em prol das mudanças comportamentais. A autora destaca a importância das leis 10.639/03 e 11.645/08 para o combate ao racismo, sobretudo na educação do país. Perpassando pelo capítulo 2, a partir do tema “O Movimento Negro Educador. Podemos perceber, portanto, que o movimento negro precisa ser entendido como ator político que questiona e educa o Estado, buscando articular os saberes sobre as questões raciais. Acerca desse tema, a narradora contextualiza, no conto, o entendimento impetrado a ela a partir dos saberes em uma universidade antirracista, que conscientizou a aluna, a partir de debates, rodas de conversa, palestras e outras atividades com temas pertinente e práticas interdisciplinares que a ajudaram a desconstruir conceitos eurocêntricos e a encontrar respostas para suas perguntas.

Indubitavelmente, a pedagoga declara que, se não houvessem as lutas a partir do Movimento Negro, os brasileiros e muitos interessados não teriam conhecimento sobre as questões raciais e africanas. As políticas de promoção da igualdade racial não teriam sido implementadas, nem tampouco o reconhecimento do racismo como crime inafiançável, a partir da lei 14.532/23, que tipifica como crime, o racismo e a injúria racial, bem como o aumento da

penalidade, que antes era de dois anos, amplificada para cinco anos. Em virtude desse desdobramento plausível, os conhecimentos do movimento negro impetrados e a seguridade da lei, levou a personagem da narrativa, que antes se declarava parda, a mudar de grupo na autodeclaração para a classe dos negros/pretos, na universidade que estudava.

Da mesma forma, há um combate às reproduções e novas recriações que têm reforçado o racismo estrutural. Nilma ainda evidencia “(...) o papel do Movimento Negro Brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil” (GOMES, 2017, p. 14).

Insera-se, também, a obrigatoriedade que garante a inclusão do ensino da história da África e da cultura afro brasileira na educação básica nas escolas públicas e particulares, com a implementação da lei 10.639/03, tanto quanto a ampliação das questões raciais a partir da lei 11.645/08, impondo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nas instituições educacionais de ensino fundamental e médio.

Decerto, a escola é o espaço mais propício de interações promotoras de saberes. Pensando assim, foi que realmente na Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira – UNILAB – Campus dos Malês, situada na Cidade de São Francisco do Conde, no bairro da Baixa Fria, que Lú, protagonista do conto, se reconheceu com mulher negra, mesmo não tendo tez preta nem características muito apuradas para o preto, mas sim, pejorativamente, taxada como “parda ou morena”.

No conto, a estudante lembrou de um fato quando estudava em uma Universidade particular em que notou que os conteúdos obrigatórios abordados na disciplina História da Educação aplicavam os temas étnico-raciais e sobre os indígenas de modo superficial. Em contrapartida, o convívio com as pessoas africanas e da diáspora que a personagem principal experienciou desde seu acolhimento até o final da graduação no curso de Letras-Língua Portuguesa na UNILAB, contribuiu para que ela reconhecesse sua identidade brasileira, se entendendo como uma mulher negra.

Isso se deu, primeiro, pela inquietação que teve acerca das discriminações e preconceitos racistas vistos e vivenciados ao longo de sua vida, encontrando resposta a partir das ações realizadas nas diferentes universidades em que a personagem estudou. E, segundo, porque o Movimento Negro empreende ações educativas antirracistas, para serem trabalhadas nas instituições de ensino, de acordo com o que a autora narra no conto quando afirma que na segunda universidade desenvolveu, a partir de temas transversalizados de forma intra, inter, multi e transdisciplinar, aprendizagens pedagógicas nas quais afloraram seu entendimento.

Faz-se muito importante destacar que a Universidade foi de extrema importância na vida da estudante, na medida em que os aprendizados se deram de diferentes formas: partir das manifestações antirracistas em forma de palestras, cursos de extensão, grupos de estudos, Semana de ambientação acadêmica (samba), semana da África, cartazes espalhados nos espaços internos. Além disso muitos temas diversificados contribuíram com a reflexão crítica, tais como: racismo, diferenças, identidades, preconceito, feminismo, homofobia, feminicídio intolerância, entre outros, não esquecendo a convivência diária com turmas mistas contendo pessoas dos PALOPs.

Assim, a aluna do conto pôde enxergar “com lentes mais grossas” as questões das diferenças, juntamente com outras pessoas próximas. Essa convivência, fez com que a identidade da graduanda, no conto, fosse descoberta, o que não tinha acontecido na instituição que estudara anteriormente, muito embora os temas fossem aplicados, porém, de um modo vago, dando ensejo para que os alunos continuem a reproduzir o racismo.

Em conformidade com o exposto narrado, em relação às duas universidades em que a personagem principal do conto estudou, será apresentada o objetivo e missão da Unilab:

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei 12.289, de 20 de junho de 2010 e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (LEI n 12.289, de 20 de junho de 2010, UNILAB.)

Como foi narrado no conto, a menina que crescera, com certeza continua filosófica, querendo respostas para tudo, líder, ativista e agora militante no que venha em contribuir para perpassar o que aprendera, já que tirou conclusões que só a educação transforma. Ela apresentou as práticas da universidade que lhe abriram os olhos para entender que mesmo não tendo pele retinta, está inserida no grupo dos negros, sendo mais uma para deixar de propagar o racismo a partir do aprendizado adquirido.

Foi dito também que a UNILAB é um espaço físico que, a partir das práticas educativas que são impetradas nos educandos é identificada como uma universidade antirracista em suas propostas educativas, tanto quanto desconstrutora dos pensamentos abissais e atitudes eurocêntricas. Porém, como contribuição é preciso atentar para que sua missão e objetivos institucionalizados sejam evidenciados, revelando sua verídica identidade, ao menos no



Campus dos Malês, que não sutiliza as ações antirracistas em suas retóricas lusófonas e lutas por resistência, bem como deixa os alunos cientes quanto à sua identidade racial, sem imposições.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da classificação empregada nas pesquisas do IBGE, temos como indicadores étnico-raciais cinco categorias (ou grupos) de “cor” ou “raça” a serem utilizadas para os procedimentos de declaração autoatribuída no censo, sendo estas: branca, preta, parda, amarela e indígena.

A questão central é que a classificação étnico-racial é entendida pelo enquadramento do indivíduo nessas categorias, quando tem que ser compreendida pela forma que as pessoas se definem dentro dos grupos identitários. E, em contrapartida, existem pessoas, tais como crianças, impossibilitados de responderem, o que leva o entrevistador a exercer a escolha de pertença de forma heteroatribuída, sem que haja intervenção do entrevistado.

Pelo fato de haver desigualdade racial na sociedade brasileira é que são sugeridas reformulações no documento de autodeclaração do sistema de classificação “cor/raça” definido pelo IBGE. Considerando, segundo Gomes (2017), que esse termo não foi meramente inventado, há reivindicações feitas pelos pesquisadores, militantes e até pelos próprios indivíduos que se sentem desenquadrados, tendo em vista que muitos não se identificam com nenhum dos grupos apresentados, sobretudo em um sistema em que já está constatado que a raça hierarquiza o homem e a cor o discrimina.

Outra questão que complica o entendimento para que aconteça o enquadramento étnico-racial, sem que cause dúvidas no momento das pessoas se auto declararem, é exatamente se o enquadrado conhece sua identidade nacional dentro do contexto histórico/cultural. Mesmo que substituam o termo “raça” por “etnia”, isso não será suficiente para resolver as questões raciais se a população brasileira não assumir sua identidade nacional, já que o mito da democracia racial foi desvencilhado.

No que concerne ao tema da identidade, conforme discutido no Capítulo 1, a identidade só é entendida quando o indivíduo se relaciona com a sociedade, pois ela só é descoberta a partir das diferenças e só é marcada quando as pessoas se relacionam. Desse modo, a falta de entendimento identitário implica em as pessoas entenderem quem é o branco, o preto, o pardo, o indígena e o negro no Brasil. Pelo fato de existir uma “cor” que intermedia o branco e o preto, denominado de “parda” ou “morena”, o termo “negro” acaba por possuir dois sentidos, tanto para “cor” quanto para “raça”. Ainda se leva em consideração a recusa crescente ao termo “preto” pela carga negativa e pejorativa que carrega, porém, o “parda”, que se trata do maior entrave na classificação e não se encaixa nem como “cor” e nem como “raça” implica em levar

os indivíduos miscigenados mais claros a se sentirem brancos, bem como os mais próximos da cor preta a não se sentirem nem pretos nem brancos, reforçando o racismo.

Por esse motivo é que repetimos no discurso a frase citada por Osório (2003) várias vezes de maneiras diferentes quando diz: “negros é a soma de pretos mais todos os miscigenados” ou ainda, “negros é a soma de pretos e pardos” ou mais além, “os negros são todos os pretos mais os que nasceram de relações “inter-raciais””.

Diante dessas perspectivas, podemos dizer que, no Brasil, ainda não se chegou a um consenso para definir o que vêm a ser a categoria de “pessoas pardas”, porém muitos já atingiram a consciência da sua identidade étnica. Não obstante, estão também a propagar o racismo, permitindo que a sociedade brasileira entenda o que é ser negro, o que é ser branco e o que é ser pardo e indígena no Brasil.

Seguindo essa linha de pensamento, precisamos emergencialmente sermos críticos e nos conscientizar acerca daquilo que verdadeiramente somos, para que possamos ajudar a mudar o panorama da nossa sociedade na qual os próprios negros se digladiam uns com os outros pelo fato de que muitos pardos ainda não se entenderam como negros. Isso implica em contribuir, ainda que inconscientemente, para que o pensamento colonial seja mantido, fazendo com que os brancos continuem a usufruir de privilégios sociais, bem como a acessar os nossos favorecimentos. Dessa forma, ascendem a cada dia, nos esmagando, mantendo baixos nossos salários e nos obrigando a correr atrás de cotas para ocupar uma vaga de emprego ou conseguir entrar em uma universidade, dentre muitas outras questões.

Na verdade, o que o sistema quer é nos ver cegos e que haja realmente essa fragmentação para que as pessoas continuem reproduzindo o racismo a partir da separação de cores. Como Nogueira (1985 apud OSÓRIO, 2003, p.22) diz: “a marca principal que permite a identificação das potenciais vítimas de preconceito é a cor”. Isso se evidencia, pelo fato de o pardo se conduzir como branco, ambíguo ou até indígena, não tendo noção da sua negritude.

Esses comportamentos se repetem pelo fato de as pessoas não conhecerem sua própria identidade racial, o que induz os que têm pele mais clara ou fenótipo menos negroide a se comportar de forma racista, sem levar em conta que reproduz o racismo de forma muitas vezes inconsciente. Por esse motivo, muitos praticam atos racistas ou até fazem uso de termos pejorativos e depreciadores a partir do que foi impetrado pela língua assimilada

Se não fosse a existência do Movimento Negro Educador, como bem discute Nilma Gomes, nossa mentalidade não se desenvolveria. Passaríamos todo o tempo acreditando no mito da identidade nacional e racial. O movimento veio como ator político educador de pessoas, com uma visão holística e debatendo conhecimentos suficientes para ressignificar o legado colonial.

Por essa razão, é imprescindível que esses conhecimentos impetrem com uma certa velocidade na mente de todos os brasileiros, no sentido do real entendimento dos privilégios da branquitude e do significado da negritude no cenário racial brasileiro. Um entendimento que precisa ser assimilado pela mente dos brancos que não se reconhecem como protagonistas da miscigenação, quando invadiram as terras brasileiras, estupraram as indígenas, as fizeram de serviçais, cometeram genocídio/etnocídio.

Não obstante ainda, para fins do trabalho braçal, raptaram os negros e os trouxeram à força, fizeram-nos de escravizados e escravizadas, cometeram todas as torturas, estupraram também as negras, assimilaram e impetraram a língua e a cultura portuguesa, catequizando-os com o objetivo de fazer todos “portugueses”. Quando aconteceu o declínio da cana-de-açúcar, fizeram várias tentativas de dizimar os negros; porém, os fugitivos se aquilombaram e proliferaram a raça. Ao participarem, muitas vezes de forma involuntária, do processo de miscigenação, receberam nomes pejorativos para serem classificados por cores, tais como mulato, cafuzo, mameluco e, mais tarde, pardo e moreno.

Adicionalmente, separaram-nos por “raça”, termo esse utilizado para hierarquizar os indivíduos, em que a raça dos europeus, raça branca ou brancos, era considerada superior ao ponto de, na prática, até hoje, não ser declaradamente colocada como “raça branca”, sendo o termo “raça” mais facilmente ligado aos não brancos. Para todos os miscigenados, quando se usa o termo “raça negra”, essa categoria significa sub-humano e subgrupo. Já a palavra “etnia negra” está mais ligada à cultura negra, que é um dos pilares marcadores da diferença entre os grupos de indivíduos.

Levando em consideração o termo “cor”, tomemos como base uma caixa de lápis de cor. Dentro da caixa, encontraremos diversas cores, como vermelho claro, vermelho escuro, verde claro, verde escuro, amarelo claro, amarelo escuro e assim por diante. Quando chega no branco, não há branco claro ou branco escuro, porque na cor branco estão ausentes todas as cores. Já a cor preta, em que todas as cores estão presentes, temos uma paleta em sua representação, desde o preto mais claro até o preto mais escuro, resultantes de diferentes misturas entre preto e branco denominados de pardos, no qual esse grupo fica sem saber qual o lugar que eles ocupam no sistema racial brasileiro.

Por sua vez o grande gerador de divisão política no Brasil ainda é o pardo, implicando que vivemos em um fogo cruzado em busca de promoção de igualdade racial. Seguindo essa linha de pensamento, os pardos atrapalham o poderio dos brancos em sua totalidade porque o objetivo principal do poder é continuar reforçando a cultura do apagamento das pessoas pretas, considerando-as sempre minorizadas na sociedade.

O dilema dos pardos, apoiado na ideia de as pessoas dizerem que o pardo é preto fica a desejar, porque o pardo não é cor nem raça e não podemos continuar aceitando a identidade imposta. Por fugir do entendimento do fato de que se o pardo não é considerado um negro, queremos uma resposta coerente de o porquê ele vivencia o racismo em seu cotidiano

As pessoas não conseguem se enquadrar nos grupos cor ou raça atribuídos pelo IBGE porque nossa identidade não consegue se encaixar na classificação proposta pelo instituto uma vez que o pardo não é raça e muito menos cor. Por motivos de vermos pessoas vítimas todos os dias pelas injúrias raciais é que preferimos nos aliar aos pretos e não aos brancos, até porque não podemos ficar o tempo todo em zona de conforto e ver pessoas sendo vitimadas pelo racismo estrutural a todo instante. Mesmo que não se tenha muitos traços negroides, já se tornou senso comum a frase: “sociedade mais justa e igualitária”.

Pensando em propostas emergentes é bem isso que o movimento social faz. Ele educa e reeduca a sociedade nos mais diversos setores, fazendo com que as pessoas percebam que precisam ser libertas a partir da humanização da cidadania e do tratamento democrático. E isso é produto dos saberes produzidos pela comunidade negra e pelo movimento negro a partir da socialização de conhecimentos.

A partir das denúncias feitas pelo movimento negro a respeito das práticas racistas e discriminatórias, muitas vezes envolvendo feminicídio, violência e morte de jovens negros, a sociedade se mobiliza e os pesquisadores e estudantes repercutem debates sobre essas questões.

Essas denúncias contribuem, aos poucos, para que o Brasil e, quem sabe um dia o mundo, compreenda que a afirmação do ser negra ou negro se trata de um posicionamento político e identitário. Com certeza, isso trará desconforto para os que estão em lugares de prestígio e de poder e os fará calar, a partir da visibilidade e aumento da força da massa negra, das denúncias de desigualdade, violência, gênero e raça incididas sobre o negro.

Refletindo, melhor ainda, será na contemporaneidade, quando o tema do racismo está nos meios midiáticos e os ditos “pardos” estão, aos poucos, se imbricando no mesmo grupo dos pretos. Isto é exatamente o que está acontecendo, pelo aumento de pessoas se conscientizando e trocando a autodeclaração de “pardo” para “negro” e, certamente, se assim continuar, seremos maioria futuramente, não para ameaçar e condenar os brancos, mas para fazer com que eles reconheçam o que significam os conceitos de igualdade, liberdade, respeito e democracia.

Lembrando do que está no artigo 5º da Constituição Brasileira desde 1988, é incabível passar 35 anos lutando pelo que já está promulgado por Lei Federal ou 20 anos a partir da lei nº10.639/03. É inconcebível que nem todas as instituições de ensino levem a sério essas questões, contribuindo para que o racismo se propague.

A luta do preto e do pardo é a favor da igualdade racial e contra o racismo. Enquanto resoluções não acontecem, os pretos e pardos continuarão se multiplicando e em posição de resistência.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que racismo estrutural?** .- Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal:Centro Gráfico, 1988.
- DE SOUZA, Elisa. As escrituras de Conceição Evaristo como escrita de nós: saberes que atravessam práticas pessoais e pedagógicas. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 5, n. 1, p. 41-51, 2022.
- FOUCAULT, M.(1982). *Microfísica do poder*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- GNERRE, Maurício, **Linguagem, Escrita e Poder**. Capítulo 1, 3ª Edição. São Paulo1994, p. 5-33
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2009. lix, 1986
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2023. Disponível: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 04. maio. 2023.
- L GROSSBERG — Silva, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais /Toma.Z. Thdeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. 17 páginas.
- MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. [Entrevista]**. Estudos Avançados. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023. 2004.
- NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco**: estudo de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- NOGUEIRA, Oraci. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?lang=pt> Acesso em: 13 Jul. 2023.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro, **O Sistema Classificatório de “Cor ou “Raça”do IBGE**, nº 996. Brasília, novembro, 2003. p. 07-36
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialismo do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLASCO, Conejo Latinoamericano de Ciências Sociales. p. 117- 138. 2005.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. 7. ed. Brasília: UnB, 1988. (Coleção Temas Brasileiros, 40).

RODRIGUES, F. Racismo cordial. *In*: TURRA, C.; VENTURI, G. **Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

**Sua escola é antirracista?** Disponível em: <https://www.antirracista.queronaescola.com.br/> Acesso em: 25/05/2023.

SBDJ-RJ – SOCIEDADE BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA – REGIONAL RIO DE JANEIRO. Disponível: <https://sbdj.org.br/qual-e-seu-fototipo-de-pele/> . Acesso em: 23. maio. 2023

SILVA, Julia Izabelle. **O debate sobre direitos linguísticos e o lugar da linguística na luta dos Sujeitos falantes de língua minorizadas: quem são os protagonistas?** RBLA, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 663-690, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. P.133.

TELLES, E. E.; LIM, N. Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil. **Demography**, v. 35, n. 4, nov. 1998.

UOL. **O que é colorismo e como ele afeta a vida de negros de pele retinta**. Publicado em 08 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/09/08/o-que-e-colorismo-e-como-ele-afeta-a-vida-de-negros-de-pele-retinta.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 13 jan. 2023.

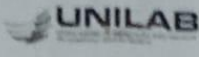


VALLE SILVA, N. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. *In*: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N.; LIMA, M. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999a.

VICENZO, Giacomo. Colorismo: O que é e como ele afeta a vida de negros de pele retinta? 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/09/08/o-que-e-colorismo-e-como-ele-afeta-a-vida-de-negros-de-pele-retinta.htm?cmpid=copiaecola.&cmpid=copiaecola> Acesso em 13 Jul. 2023.



**ANEXOS**

Anexo 1 – Termo de autodeclaração, UNILAB.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**TERMO DE AUTODECLARAÇÃO DE PRETOS, PARDOS OU INDÍGENAS**

Eu, Juvenal Jones Costa portador(a) do  
RG nº 0223681245, órgão expedidor SSP - BA,  
e CPF 396.174.675-34, para fins de enquadramento na Lei nº  
12.711/2012, no Decreto nº 7.824/2012 e na Portaria nº 18/2012, e suas alterações, declaro-me:

PRETO(A)/NEGRO(A)  
 PARDO(A)  
 INDÍGENA

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico ao PROCESSO SELETIVO Sisu 2019.1 da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento deste registro na UNILAB, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (art. 9º da PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012, do Ministério da Educação).

Declaro concordar com a divulgação de minha condição de optante por Ação Afirmativa, conforme Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, nos relatórios resultantes do Processo Seletivo Unificado.


São Paulo do Espírito Santo, de 05 de 2019.

Juvenal Jones Costa  
Assinatura do Candidato

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal  
(em caso de candidato menor de 18 anos)

Fonte: Acervo pessoal.

## Anexo 2 – Certidão de Nascimento com cor abolida.

  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DA BAHIA**  
**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**

**COMARCA DE SALVADOR**  
**SUBDISTRITO DE SANTO ANTONIO**  
 Rua Saldanha Marinho 77 Caixa D'Agua  
 Sonia Maria Souza e Sampaio - Oficial  
 M<sup>a</sup> Conceição C.Cruz-Suboficial designada  
 Otaviano F. Dias-Suboficial designado

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

Eu, Sonia Maria Souza e Sampaio, Oficial do Registro Civil do SUBDISTRITO DE SANTO ANTONIO, CERTIFICO que, no livro de registro de nascimentos nº A 435, existente em meu poder e cartório, às fls. 238, consta o termo nº 136173, do nascimento de:

**CAROLINE SASKHYA ALVES RODRIGUES FLORENCIO**

nascida na data de seis de junho de mil novecentos e oitenta e oito, 20:45 horas, local no Hospital Portugues nesta Capital, do sexo feminino,

filha de ISEMBERG RODRIGUES FLORENCIO  
 e de Dona MÍRIAN ALVES COSTA FLORENCIO  
 sendo:

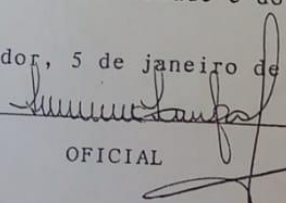
avós paternos Lindbergh Antonio Florencio Bezerra da Silva  
 e Dona Isolda Rodrigues da Silva  
 e maternos Eduardo Filadelfo da Rocha Costa  
 e Dona Modesta Alves Costa

Foi declarante o pai e serviram de testemunhas: Luciane Queiros e Ubiratan Teixeira.

Observações: registro feito no dia oito de junho de mil novecentos e oitenta e oito.


O referido é verdade e dou fé

Salvador, 5 de janeiro de 1998

  
 \_\_\_\_\_  
 OFICIAL

C.10.33.0/95

## Anexo 3 – Certidão de Óbito constando cor.

  
 República Federativa do Brasil  
 Registro Civil das Pessoas Naturais


**CERTIDÃO DE ÓBITO**

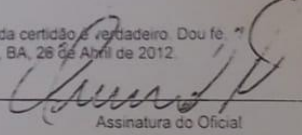
NOME  
MAIZA ALVES COSTA SANTOS

MATRÍCULA  
006908 01 55 1990 4 00120 -57 0023142 65

SEXO FEMININO -	COR PARDA	ESTADO CIVIL E IDADE CASADA, 28 Anos
NATURALIDADE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR NÃO
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA PAI: EDUARDO FILADELFO DA ROCHA COSTA MÃE: MODESTA ALVES COSTA RESIDÊNCIA: 2ª TRAV. PINTO DANTAS, 37		
DATA E HORA DE FALECIMENTO TREZE DE AGOSTO DE UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA ÀS 21h30min	DIA 13	MÊS 08
ANO 1990	LOCAL DE FALECIMENTO HOSPITAL COUTO MAIA, SALVADOR / BA	
CAUSA DA MORTE MENINGITE NÃO PILOGÊNICA DE ETIOLOGIA A ESCLARECER		
SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO CEMITÉRIO DE QUINTA DOS LÁZAROS	DECLARANTE CESAR CAMPOS RÔDE.	
NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO Dra). VALDIR SOUZA KULER CRM: 4341		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Data do registro: 14 de Agosto de 1990. O falecido(a) deixou bens: IGNORADO.		

NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DE RCPN DE SANTO ANTONIO  
 OFICIAL(A): NORMA DE SANTANA  
 MUNICÍPIO: SALVADOR-BA  
 ENDEREÇO: RUA BRUNO SEABRA, Nº 6, SIEIRO LIBERDADE.  
 CEP: 40375510, TEL.: (71)3243-6586

  
 O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.  
 SALVADOR, BA, 26 de Abril de 2012.

  
 Assinatura do Oficial  
 Ouirival J. [Assinatura]  
 Subsc. Designado

Fonte: Acervo pessoal.